



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

VAN HANEGAM DONERO

OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE DE TRÊS
LAGOAS-MS

TRÊS LAGOAS

2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

VAN HANEGAM DONERO

OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE DE TRÊS
LAGOAS-MS

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado à Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, requisito
parcial para obtenção de título de
licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jodenir Calixto
Teixeira

TRÊS LAGOAS

2024

VAN HANEGAM DONERO

OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE DE TRÊS
LAGOAS-MS

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado à Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, requisito parcial para
obtenção de título de licenciado em
Geografia.

Três Lagoas, 04/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jodenir Calixto Teixeira
Orientador

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Membro da banca

Prof.^a Dr.^a Marine Dubos-Raoul
Membro da banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Nilce Aparecida Sabec Donero e ao meu pai (*in memoriam*) Antônio Donero. Aos meus filhos que me apoiaram nessa caminhada;

Ao meu orientador Jodenir Calixto Teixeira que foi pessoa fundamental nesse processo;

Aos professores do curso de Geografia, que fizeram parte do processo de formação, por meio das disciplinas ministradas, orientações e projetos desenvolvidos;

Aos meus amigos da Geografia que foram parceiros nos momentos em que pensei em desistir. Em especial o Samuel Anthony que desenvolveu os mapas utilizados;

E aos moradores do Cinturão Verde que possibilitaram a realização desse trabalho, muito obrigado;

Meu muito obrigado a todos vocês.

RESUMO

Compreender o papel da agricultura familiar no Cinturão Verde de Três Lagoas-MS é fundamental para avaliar sua contribuição à conservação ambiental e ao desenvolvimento local. Este estudo busca analisar o contexto socioeconômico e ambiental em que essas atividades estão inseridas, destacando os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos pequenos agricultores daquele local. A pesquisa também investiga os impactos das políticas públicas sobre a agricultura familiar e descreve as práticas de produção e comercialização utilizadas, com ênfase nas boas práticas e nos obstáculos encontrados. Dentre os desafios identificados, a ausência de regularização fundiária se destaca como um fator limitante no cinturão verde, dificultando o acesso a programas de apoio e investimentos de longo prazo. A falta de suporte técnico e de políticas públicas eficazes também é um problema relevante, afetando a capacidade de escoar e comercializar a produção e a sustentabilidade econômica dos agricultores. Em contraste, a pesquisa identifica iniciativas positivas, como parcerias com instituições de ensino, que têm promovido capacitação técnica e práticas sustentáveis. Os resultados do estudo reforçam a importância de um apoio mais efetivo à agricultura familiar, tanto em termos de regularização fundiária quanto de políticas que incentivem o desenvolvimento sustentável e a permanência no campo. Esse suporte é essencial para garantir um futuro mais justo e sustentável para as comunidades rurais de Três Lagoas, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da economia local.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Cinturão Verde; regularização fundiária; políticas públicas; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Understanding the role of family farming in the Green Belt of Três Lagoas-MS is essential for assessing its contribution to environmental conservation and local development. This study aims to analyze the socioeconomic and environmental context in which these activities are embedded, highlighting the main challenges and opportunities faced by small farmers in that region. The research also investigates the impacts of public policies on family farming and describes the production and marketing practices employed, emphasizing good practices and the obstacles encountered. Among the identified challenges, the lack of land regularization stands out as a limiting factor in the Green Belt, hindering access to support programs and long-term investments. The lack of technical support and effective public policies is also a significant issue, affecting the ability to distribute and market production and the economic sustainability of farmers. In contrast, the research identifies positive initiatives, such as partnerships with educational institutions, which have promoted technical training and sustainable practices. The study's results reinforce the importance of more effective support for family farming, both in terms of land regularization and policies that encourage sustainable development and rural retention. This support is essential to ensure a fairer and more sustainable future for rural communities in Três Lagoas, promoting social inclusion and strengthening the local economy.

Keywords: Family farming; Green Belt; land regularization; public policies; sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Três Lagoas-MS- com a localização da área do Cinturão Verde	27
Figura 2 - Cinturão Verde e APA Jupia- Três Lagoas (MS)	32
Figura 3 - Três Lagoas (MS): temperatura da superfície	35
Figura 4 - Cinturão Verde (MS): registro de entrevistas	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrências de conflito no campo no Brasil por eixo de violência (2014-2023)	21
Gráfico 2 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): faixas etárias dos moradores	39
Gráfico 3 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): gênero dos moradores	40
Gráfico 4 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): tempo de moradia	41
Gráfico 5 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): número de filhos	42
Gráfico 6 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): principal fonte de renda	43
Gráfico 7- Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): extensão da terra que cultiva	44
Gráfico 8 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): principais desafios	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): Cultivos, produtos e criações presente	34
Quadro 2 - Questão 7	46
Quadro 3 - Questão 9	48
Quadro 4 - Questão 10	49
Quadro 5 - Questão 11	50
Quadro 6 - Questão 12	52
Quadro 7- Questão 13	53
Quadro 8 - Questão 14	53
Quadro 9 - Questão 15	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. METODOLOGIA	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1. Programas e políticas atuais de apoio à agricultura no Brasil	22
3. O CINTURÃO VERDE DE TRÊS LAGOAS-MS	27
3.1. O Cinturão Verde no contexto da APA do Jupia	29
4. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICE	61

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar emerge como componente crucial no cenário agrário, desempenhando papel fundamental na produção de alimentos, na preservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. É caracterizada pela gestão conduzida pela própria família, geralmente em pequenas propriedades. Sua relevância é evidente na segurança alimentar global, pois contribui significativamente para a produção de alimentos básicos. Além disso, desempenha papel importante na preservação da diversidade agrícola, mantendo práticas tradicionais e promovendo a sustentabilidade ambiental. Sendo assim, Ploeg (2014) expõe que:

A agricultura familiar é um desses fenômenos que as sociedades ocidentais têm cada vez mais dificuldade de compreender. Isso se deve a muitas razões. Entre elas, está o fato de que a agricultura familiar se contrapõe à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que dominam cada vez mais nossas sociedades. Isso faz com que ela seja vista, de um lado, como arcaica e anárquica, mas, por outro lado – e ao mesmo tempo –, emergja como algo atrativo e sedutor. A agricultura familiar também é difícil de ser compreendida por ser, em essência, um fenômeno complexo e multidimensional. [...] A questão mais importante a ser assinalada é que a realidade da agricultura familiar é muito mais rica do que os dois aspectos individuais que são mais comumente utilizados para descrevê-la: que a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros. (Ploeg, 2014, p.7).

A agricultura familiar, muitas vezes, opera em um contexto desafiador dentro do sistema capitalista. A busca incessante por lucros no capitalismo globalizado muitas vezes marginaliza os agricultores familiares, que enfrentam dificuldades em competir com as operações de grande escala do agronegócio. A imposição de práticas e tecnologias mais intensivas pelo agronegócio pode ameaçar a autonomia e a viabilidade econômica da agricultura familiar, além de acentuar as desigualdades que ocorrem no âmbito social e de distribuição de terras. Diante de tais inferências:

[...] podemos afirmar categoricamente, com base num vasto arsenal de estatísticas sobre os mais distintos setores, que o Brasil é, sim, um país profundamente injusto. Isto é, os índices de concentração econômica (da renda, da terra, da produção, etc.) são extremamente elevados. Nesse sentido o modelo do chamado “agronegócio” tem aprofundado essa desigualdade, na medida em que seu vetor de crescimento é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, do espaço, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas (pequenos produtores,

índios, extrativistas, etc.) com a expansão das monoculturas (particularmente da soja). (Leite, 2006, p.147-148).

A pressão exercida pelo agronegócio sobre a agricultura familiar vai além do aspecto econômico. A expansão dos monocultivos, muitas vezes associada ao agronegócio, pode comprometer a diversidade de cultivos da agricultura familiar. Um exemplo da expansão dos monocultivos associada ao agronegócio pode ser observado na produção de soja no Brasil. Nos últimos anos, a área destinada ao cultivo de soja se expandiu significativamente, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, como no Mato Grosso e no Pará. A conversão de vastas áreas de floresta e Cerrado para plantações de soja tem impactos importantes, como a perda de biodiversidade, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a degradação do solo.

Em Três Lagoas, a pressão do agronegócio é evidente, com a expansão de monocultivos como a do eucalipto, que tem levado ao êxodo rural e à marginalização das comunidades locais. Os assentamentos, fruto das lutas dos sem-terra e dos programas de reforma agrária, emergem como alternativas ao modelo de grandes propriedades. São espaços de resistência, onde a agricultura familiar pode florescer, promovendo a reciprocidade e a solidariedade entre as famílias. A agroecologia, ao integrar conhecimentos tradicionais com técnicas modernas, oferece um caminho para práticas agrícolas sustentáveis, fortalecendo a autonomia das comunidades rurais.

A escolha do tema se justifica pela relevância da agricultura familiar no cenário agrário contemporâneo. Dentro desse contexto, o Cinturão Verde de Três Lagoas não apenas protege o meio ambiente local, mas também fomenta a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades que nele vivem. Esse espaço fortalece a autonomia das famílias, proporcionando condições para que a agroecologia prospere e garantindo que os conhecimentos tradicionais e as práticas de cultivo sustentável possam ser transmitidos entre gerações. Em um cenário de pressão agrária, o Cinturão Verde é, portanto, um importante eixo de resistência e um modelo de convivência equilibrada entre o ser humano e a natureza.

O trabalho tem como objetivo geral:

Investigar o papel da agricultura familiar no Cinturão Verde de Três Lagoas-MS e sua importância na conservação desse espaço.

E como objetivos específicos:

Analisar o contexto socioeconômico e ambiental no Cinturão Verde de Três Lagoas, destacando os desafios e oportunidades enfrentados pela agricultura familiar.

Investigar o impacto das políticas governamentais na agricultura familiar do Cinturão Verde.

Descrever as formas de organização da produção e comercialização dos produtos agrícolas no Cinturão Verde, identificando boas práticas e desafios enfrentados pelos pequenos agricultores.

A escolha do tema é, portanto, uma resposta à necessidade de compreender e promover formas de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar no Cinturão Verde de Três Lagoas. Ao investigar o papel da agricultura familiar na revitalização econômica e social desta área, busca-se identificar estratégias que fortaleçam a sustentabilidade dessas comunidades, enfrentando os desafios impostos pelo agronegócio e pelas políticas governamentais. As recomendações resultantes desta pesquisa podem contribuir para políticas públicas que promovam a preservação e o desenvolvimento das comunidades rurais de Três Lagoas, assegurando um futuro mais justo e sustentável para esses agricultores.

Para facilitar a compreensão do estudo, este trabalho está organizado em quatro seções principais, além da introdução e considerações finais. A introdução apresenta o contexto e os objetivos do estudo. Na primeira seção descreve-se a metodologia empregada para alcançar os objetivos propostos, detalhando os procedimentos da coleta e análise de dados. Em seguida, na segunda seção aborda-se a fundamentação teórica. A seção três explora o Cinturão Verde de Três Lagoas-MS, contextualizando-o na Área de Proteção Ambiental (APA) do Jupiá. Na seção quatro, analisa-se as formas de organização da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar no Cinturão Verde, destacando as dinâmicas e desafios enfrentados pelos agricultores. Finalmente, o trabalho é encerrado com as considerações finais, que sintetizam os principais achados e as implicações deste estudo para futuras pesquisas e políticas voltadas à agricultura familiar no Cinturão Verde de Três Lagoas.

1. METODOLOGIA

Neste estudo, adotou-se uma abordagem que combina métodos quantitativos e qualitativos. A análise quantitativa, fundamentada no positivismo lógico, consiste em utilizar métodos estatísticos para analisar e descrever fenômenos de forma objetiva e precisa, através da quantificação tanto na coleta quanto no processamento de dados, conforme descrito por Gamboa (1995). Por outro lado, a pesquisa qualitativa, conforme explicado por Esteban (2010):

A pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (Esteban, 2010, p. 127).

Nesta pesquisa, foi conduzida uma série de entrevistas com os moradores do Cinturão Verde de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. O objetivo dessas entrevistas é capturar suas percepções, experiências e desafios enfrentados no contexto da agricultura familiar e da questão econômica da área. As entrevistas foram de forma semiestruturada por meio de um questionário (Apêndice) permitindo uma exploração dos tópicos relevantes, ao mesmo tempo em que mantém flexibilidade para que os entrevistados expressem suas próprias narrativas e preocupações.

Os critérios de seleção para os participantes das entrevistas incluíram residentes que atualmente cultivam a terra no Cinturão Verde, representantes de organizações locais e líderes comunitários envolvidos na defesa dos direitos dos agricultores familiares. Buscou-se uma amostra diversificada para garantir a representatividade das diversas perspectivas dentro da comunidade. As entrevistas foram realizadas pessoalmente, para facilitar uma comunicação mais próxima e a obtenção de *insights* mais profundos.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio dos participantes e posteriormente transcritas para análise qualitativa. Os dados coletados foram analisados utilizando métodos de análise de conteúdo, permitindo a identificação de temas e padrões emergentes relevantes para os objetivos da pesquisa.

Foram elaborados dois mapas, por meio do *software* QGIS, pelo discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Samuel Anthony Farias da Silva, com o intuito de ilustrar a área de estudo. Para a construção

do referencial bibliográfico, foram consultadas diversas fontes de pesquisa acadêmica, incluindo o Google Acadêmico, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o Repositório de Teses e Dissertações da UFMS e a biblioteca do campus de Três Lagoas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro está intrinsecamente ligado às dinâmicas de colonização, exploração de recursos naturais e transformações sociais ao longo dos séculos. Esse processo começou com a chegada dos colonizadores portugueses no século XVI, que implantaram um modelo econômico baseado no latifúndio e no monocultivo, principalmente voltado para a produção de açúcar no Nordeste e, posteriormente, café no Sudeste. Desde o início, a apropriação de grandes extensões de terra consolidou uma estrutura fundiária concentrada, cujas consequências ainda são sentidas.

Segundo Martins (1981), a entrega do território brasileiro ao mercado internacional teve início com a chegada dos colonizadores portugueses e dos "pioneiros", além do chamado "colonialismo interno" que se desenvolveu após a independência em 1822. A legislação portuguesa desempenhou papel central na imposição da propriedade privada por meio das ordenações sobre as sesmarias. A consolidação da propriedade capitalista da terra se deu com a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que regulamentou as terras devolutas do Império. Carvalho (1981) observa que a política fundiária do Império ficou amplamente restrita ao âmbito legislativo, pois "foi sistematicamente sabotada e obstruída na fase de implementação", sendo um dos primeiros grandes exemplos, no Brasil, de uma lei que "não pegou". Silva (2015) demonstra em seus estudos que:

Uma das razões que justifica esse tipo de explicação é a de que a Lei foi elaborada e executada por um grupo de pessoas que estava muito diretamente vinculado ao problema da terra e sua ocupação, constituído por fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como *senhores e possuidores* de extensas áreas. Outro argumento muito presente nas análises que buscam explicar os porquês de a Lei não ter "pegado" é o de que o seu objetivo era regularizar a questão da propriedade fundiária, dificultar o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas, especialmente nas áreas onde a cafeicultura vinha se desenvolvendo. Desse modo, discutia-se que a discriminação entre os domínios públicos e particulares da terra iria garantir a tranquilidade necessária para atração e estabelecimento dos imigrantes europeus que substituiriam os trabalhadores escravizados. Processo que José de Souza Martins denominou de "o cativo da terra" (Silva, 2015, p. 3).

A ocupação do território foi marcada pela expropriação das terras indígenas e pela introdução de um sistema econômico que se baseava no trabalho escravo,

primeiro dos povos originários e, posteriormente, de africanos trazidos à força para o Brasil. O modelo agrário brasileiro desenvolveu-se com o foco na exportação de matérias-primas, reforçando o papel periférico do país na economia mundial. Portanto:

[...] o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desenhada em face da propriedade do escravo passou a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transformava-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre. (Martins, 1981, p. 44 e 45).

No século XX, políticas governamentais como a Marcha para o Oeste e a criação de projetos de colonização na Amazônia e no Cerrado incentivaram a ocupação de novas áreas, promovendo a expansão da fronteira agrícola. No entanto, essas iniciativas frequentemente ocorreram de forma desordenada, resultando em desmatamento, degradação ambiental e conflitos fundiários entre pequenos agricultores, comunidades tradicionais e grandes proprietários.

A modernização agrícola, intensificada na década de 1970 com a chamada "Revolução Verde", trouxe avanços tecnológicos, mas, também, reforçou a concentração de terras e o modelo de agricultura intensiva voltada para as exportações. Isso gerou aumento da produção de grãos, sobretudo, *commodities* para exportação, mas ao custo da marginalização de agricultores familiares e comunidades tradicionais, que muitas vezes perderam acesso a terras e recursos. Santili (2009) discorre sobre o assunto:

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) [...] Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente (Santili, 2009, p. 25).

As consequências desse processo de ocupação são visíveis nas desigualdades sociais e territoriais. A concentração fundiária, a exclusão dos pequenos agricultores, a destruição de biomas, como a Amazônia e o Cerrado, e a violência no campo, resultante de conflitos pela posse de terras, são algumas das contradições desse modelo. Ao mesmo tempo, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiram em resposta à necessidade de reforma agrária e redistribuição de terras, evidenciando as tensões sociais ainda latentes no meio rural brasileiro. É importante ressaltar que:

[...] nem todas as regiões brasileiras receberam os incentivos estatais que favoreciam a agricultura agroindustrializada, mas somente aquelas que detinham as condições mais favoráveis ao desenvolvimento inerente à agricultura moderna. (Missio; Rivas, 2019, p. 615).

Assim, o espaço agrário brasileiro é marcado por uma trajetória de desenvolvimento econômico desigual, que beneficia setores do agronegócio enquanto aprofunda a exclusão social e os danos ambientais. A história de sua ocupação reflete tanto o potencial produtivo do país quanto as profundas injustiças sociais que ainda precisam ser resolvidas. A expansão urbana e as transformações nas práticas agrícolas têm impactado significativamente as áreas rurais, destacando a importância do estudo do Cinturão Verde como uma área de resistência e de práticas agrícolas sustentáveis.

No Brasil do século XX, caracterizado por uma estrutura agrária em constante evolução, observamos a desarticulação significativa, inclusive nas regiões em expansão da fronteira agrícola. Nessas áreas, a economia rural tradicional rapidamente cede lugar ao domínio do grande capital. Esse fenômeno marcante na segunda metade do século XX, foi impulsionado pelo que ficou conhecido como "grande ciclo de expansão das migrações internas". Essas migrações internas representavam um elo crucial entre as mudanças estruturais ocorridas na sociedade e na economia brasileiras e o aumento acelerado do processo de urbanização (Brito; Horta, 2002).

Girardi (2008, p.7) afirma

Para o IBGE (2000) são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal. As áreas rurais são aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos (Girardi, 2008, p. 7).

O processo de formação territorial brasileiro foi forjado a partir da aliança terra-capital (MARTINS, 1994), resultando numa das mais injustas estruturas sociais que

provoca violentos conflitos no campo (Medeiros, 2021, p.19). Uma das características da formação da propriedade da terra no Brasil é que a propriedade territorial se constituiu fundamentalmente a partir do patrimônio público (Silva, 2008, p.18, *apud* Medeiros, 2021, p.27).

De acordo com Alves (1999) a modernização da agricultura brasileira foi impulsionada pelo processo de industrialização do país, que ocorreu durante as décadas de 1950 a 1970. Durante esse período, a política econômica do governo favoreceu a indústria em detrimento da agricultura, o que resultou no fortalecimento das áreas urbanas e no aumento do êxodo rural. Como consequência, a proporção da população urbana no país cresceu significativamente, passando de 31,2% em 1940 para 44,7% em 1960, e de 67,6% em 1980 para 81,2% em 2000. Estima-se que essa tendência de concentração urbana populacional tenha continuado alcançando cerca de 86,8% em 2010.

Além disso, essa expansão impulsionada pelo agronegócio tende a deslocar comunidades locais e afetar pequenos agricultores, que acabam enfrentando dificuldades para competir com o poder econômico das grandes empresas do setor. Esse tipo de monocultivo traz benefícios econômicos em larga escala, mas frequentemente à custa de questões ambientais e sociais complexas. Isso não apenas afeta a segurança alimentar local, mas também contribui para a perda de conhecimentos tradicionais sobre variedades locais e métodos de cultivo adaptados à área. Com os avanços dos monocultivos, muitas vezes o pequeno agricultor é forçado a se adaptar, o que acaba acarretando ao uso de agrotóxicos e medidas mais extremas, como afirma Valério (2022), ao falar sobre o monocultivo da cana-de-açúcar:

[...] com o avanço dos canaviais, os agricultores que insistem no cultivo de alimentos acabam forçados a “se adaptar”. Na agricultura convencional, isso pode significar o aumento da quantidade de agrotóxicos para o controle de insetos, devido a situação geográfica de “cercamento” e homogeneização da paisagem, cujo rompimento do equilíbrio ecológico faz com que os insetos não tenham opções mais “atraentes” que os tenros cultivos alimentares. Com isso, mais gastos recaem sobre o produtor e, conseqüentemente, mais veneno é adicionado aos alimentos. A “adaptação” à nova realidade pode resultar, também, no abandono de determinadas práticas, sobretudo em relação à produção de alimentos, pelo fato de serem mais sensíveis às alterações ecológicas. Em condições extremas, o agricultor cede e, aí sim, a cana-de-açúcar assume o controle. (Valério, 2022, p.107).

A questão do monocultivo também influencia o êxodo rural, pois com a compra e arrendamentos de terras, muitas vezes os camponeses e pequenos produtores são obrigados a saírem do campo, como fica evidente em uma análise feita nas comunidades de Arapuá e Garcias, distritos de Três Lagoas, onde ocorreu o avanço do monocultivo do eucalipto.

A compra de terras ou o arrendamento pelo setor eucalipto-celulose-papel teve como consequência ligada às mudanças de uso e ocupação do solo um importante êxodo rural nas duas comunidades analisadas. Em 2000, Arapuá contava 1.911 habitantes, enquanto, em 2010, sua população baixou para 1.697. Garcias contava 2.301 habitantes, em 2000, e, em 2010, conta com apenas 2.070 habitantes. Em 2020, a população de Arapuá foi estimada em 1.586, e a de Garcias, em 1.967, o que representa, respectivamente, uma perda de 17% para Arapuá, e 15% para Garcias, em relação ao período 2000-2020. (Raoul; Almeida, 2022, p.54-55).

A agricultura familiar não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão social e cultural. Neste sentido, os assentamentos rurais desempenham um papel fundamental na construção de um modelo agrícola mais justo e sustentável, destacando-se como espaços onde uma agricultura familiar floresce. Estes assentamentos, decorrentes das lutas dos sem-terra e muitas vezes resultado de programas de reforma agrária, representam uma alternativa significativa ao modelo convencional de grandes propriedades, ao colocar a ênfase na participação ativa das famílias na produção agrícola.

As lutas dos sem-terra permitiram a conquista da terra de assentamento de reforma agrária. A conquista da terra de assentamento colocou aos sem-terra uma nova condição, ou seja, quando passaram a se preocupar em organizar a produção agrícola, principalmente. Neste contexto, os assentamentos emergiram como importante espaço de lutas por políticas públicas diversas, como crédito financeiro, infraestrutura, educação, moradia, assistência técnica, dentre outras. Nos assentamentos os sem-terra colocaram em prática seu projeto camponês de produção familiar e comunitária. A produção comunitária se manifesta na reciprocidade e solidariedade entre as famílias e vizinhos, como trocas de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, entre outros. Além da produção, nos assentamentos também existe coesão comunitária relacionada ao lazer, festividades, reuniões religiosas, etc (Fabrini, 2019, p.160).

Mais do que da população residente nas cidades, uma das principais causas da perda de área da agricultura familiar é a expansão dos monocultivos, do agronegócio além da concentração fundiária. No Brasil concentra-se grandes áreas de monocultivos, como soja, milho, cana-de-açúcar e eucalipto. De acordo com Almeida (2013) o Brasil

possui uma das maiores áreas plantadas com eucalipto no mundo, sendo o Mato Grosso do Sul um dos estados líderes nessa produção, especialmente na região Leste, onde está localizada Três Lagoas.

Em 2010, o Mato Grosso do Sul tinha 378.195 hectares de eucalipto plantados, aumentando para 1.124.969 hectares em 2019, o que representa crescimento de 197% no período. Isso coloca o estado em segundo lugar no *ranking* nacional de área plantada de eucalipto. A expansão das plantações de eucalipto na região Leste do estado vem ocorrendo há mais de 20 anos, com um crescimento na última década, impulsionado pela atuação das empresas Suzano e Eldorado Brasil, responsáveis pelo plantio, processamento da celulose e produção de papel (Almeida, 2013).

O agronegócio não é um conceito, mas uma caracterização da produção capitalista da atualidade voltada para o mercado internacional” (Medeiros, 2021, p.110). O agronegócio, inserido no mercado capitalista global, vive ciclos de expansão e retração pelo fato de ficar sujeito ao humor do comércio internacional e variação do dólar (Fabrini, 2019).

A expansão do agronegócio voltado para eucalipto, celulose e papel no município de Três Lagoas, localizado na região Leste do Mato Grosso do Sul, resultou em transformação significativa no padrão produtivo e na forma de uso e ocupação do solo. Em áreas que antes eram dominadas pela pecuária extensiva e por outros modos de vida, como comunidades e assentamentos rurais, a paisagem passou por mudança drástica a partir da introdução das plantações de eucalipto em 2007 (Almeida, 2018).

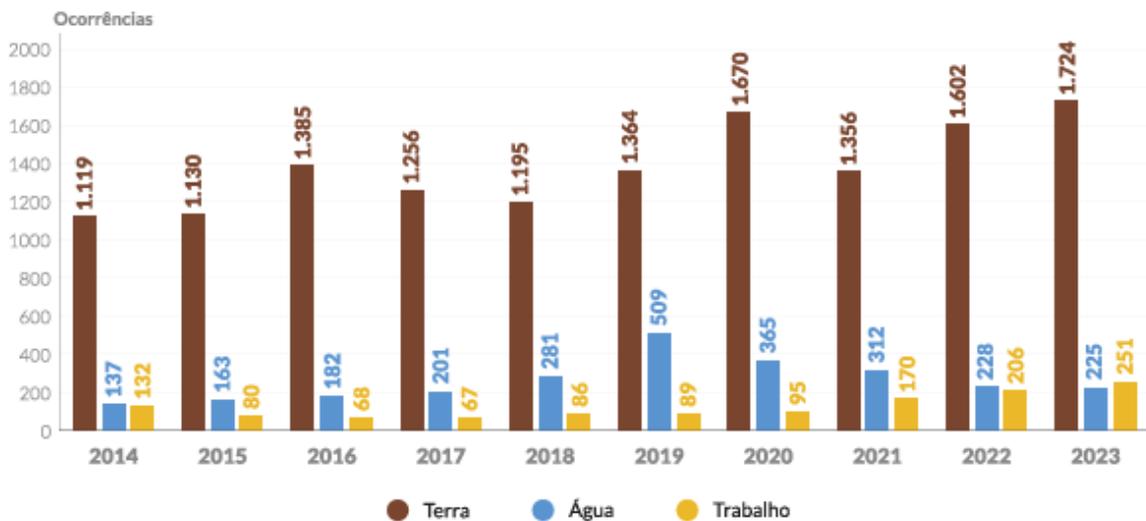
De acordo com Fabrini (2010), os camponeses enfrentam o projeto de desenvolvimento impulsionado pelo capital no campo brasileiro por meio das lutas dos movimentos sociais rurais, sendo as ocupações de terras e os acampamentos algumas das principais formas de resistência. Conforme Fabrini (2011), ao se engajarem nos movimentos sociais, os camponeses enfrentam as adversidades geradas pelo sistema capitalista:

Diante desse contexto, os camponeses organizados nos movimentos sociais [...] resistem bravamente ao projeto de desenvolvimento das oligarquias e empresários rurais, indicando que os conflitos sociais são também conflitos territoriais: o território do agronegócio e latifúndio em contraposição ao território camponês. Acrescenta-se que o território camponês é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo

produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras (Fabrini, 2011, p.110).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra CPT (2023) entre 2016 e 2018, a situação no campo se agravou em conflitividade, superando as 1.500 ocorrências anuais, enquanto o patamar anterior era de quase 1.400 ocorrências ao ano. Assim, a conjuntura de ruptura política (golpe de estado contra a então Presidenta Dilma Rousseff) produziu um primeiro incremento de pouco mais de 10% dos conflitos no campo, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1 - Ocorrências de conflitos no campo no Brasil por eixo de violência (2014-2023)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

Em toda a série histórica (2014-2023), os anos de 2020 e 2023 foram os únicos anos que passaram da casa das 2.100 ocorrências anuais de conflito no campo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o ano 2023 mantém um padrão conflitivo com altos índices de violência e recrudescimento das disputas por terra e dos conflitos trabalhistas no espaço agrário brasileiro, marcos da ruptura política. (CPT, 2023).

Diante desse cenário de intensificação dos conflitos agrários e da violência no campo, a agricultura familiar, pautada nos princípios da agroecologia, emerge como uma alternativa importante de resistência e proteção do meio ambiente. Ao promover práticas sustentáveis e integradas à biodiversidade local, a agroecologia oferece não apenas um modelo produtivo mais justo e equilibrado, mas também fortalece o campesinato em sua luta pela terra e pela preservação dos territórios. Assim, a agricultura familiar agroecológica se apresenta como um caminho viável para combater

a expropriação e os impactos negativos do agronegócio, contribuindo tanto para a soberania alimentar quanto para a preservação dos recursos naturais.

A agroecologia é considerada um campo de saberes multidisciplinar que busca colaborar na criação de modelos de agricultura baseados em princípios ecológicos e na formulação de estratégias de desenvolvimento rural. Sua orientação está fundamentada nos ideais de sustentabilidade, abordando essa questão de maneira multidimensional e com foco em uma perspectiva de longo prazo (Caporal *et al.*, 2006). A agroecologia não deve ser entendida como uma simples prática ou tecnologia agrícola, tampouco como um sistema de produção ou um estilo específico de agricultura (Altieri, 1995).

A agroecologia recupera saberes tradicionais que foram ignorados pela agricultura moderna e, ao contrário do que afirmam alguns de seus críticos, não busca um retorno ao passado. Em vez disso, ela se apoia nas inovações mais avançadas da ciência e da tecnologia para desenvolver agroecossistemas sustentáveis e produtivos, com características que se assemelham o máximo possível aos ecossistemas naturais (Gliessman, 2000).

Portanto, em um contexto de crescente conflito e violência no campo, a agroecologia surge como uma resposta crucial para a crise agrária. Ao integrar práticas sustentáveis e conhecimento científico avançado, a agroecologia não apenas promove a conservação ambiental e a soberania alimentar, mas também oferece um caminho para a resolução de conflitos e para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para as comunidades rurais.

2.1. Programas e políticas atuais de apoio à agricultura no Brasil

Para abordar as políticas de apoio à agricultura familiar no Brasil, é importante iniciar destacando que, historicamente, a agricultura familiar não foi priorizada nas políticas públicas brasileiras, com pouco apoio ou incentivo estatal. Esse cenário começou a mudar apenas a partir da década de 1990, com a criação de políticas específicas voltadas para o desenvolvimento do setor. Um marco relevante nesse processo foi a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-

1998 e 1999 a 2002), que visava fornecer crédito subsidiado e apoio técnico a pequenos agricultores, promovendo a sustentabilidade e a geração de renda.

O PRONAF sofreu melhorias no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), com a ampliação das linhas de crédito e a inclusão de novos grupos sociais no programa, como assentados da reforma agrária e agricultores em situação de vulnerabilidade. Essas políticas tornaram-se essenciais para fortalecer a agricultura familiar, que desempenha papel fundamental na produção de alimentos, na manutenção de práticas agrícolas sustentáveis e na geração de empregos em áreas rurais. A continuidade e o aprimoramento dessas iniciativas ao longo dos anos mostraram-se cruciais para reduzir desigualdades no campo e fomentar o desenvolvimento rural.

Segue uma lista dos programas e políticas que estão em vigência, de acordo com a Embrapa:

1. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): Instituída pela Lei 12.188/2010, a Pnater estabelece diretrizes para os serviços públicos de ATER, coordenada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater). A Pnater visa apoiar agricultores familiares com foco no desenvolvimento sustentável e metodologias participativas, priorizando comunidades historicamente excluídas. Atualmente, a Pnater está sendo reformulada para incluir pequenos e médios agricultores não abrangidos pelo Pronaf, com atuação em três eixos: ATER, formação de agentes e fomento à produção tecnológica. (Embrapa, 2024)

2. Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): Destinado aos agricultores familiares que financiam custos agrícolas pelo Pronaf, o SEAF cobre integralmente o financiamento e 65% da receita líquida esperada em caso de perda de safra por fenômenos climáticos. O Fundo de Garantia-Safra, parte do Pronaf, atende agricultores do semiárido em casos de perda de safra devido à seca, garantindo segurança para a atividade agrícola. (Embrapa, 2024)

3. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): A PGPM reduz oscilações na renda dos produtores rurais, assegurando uma remuneração mínima e incentivando a produção. A CONAB atua na análise de mercado e definição dos preços mínimos. A

modalidade PGPM-Bio incentiva a proteção ambiental e oferece renda a populações extrativistas, valorizando conhecimentos tradicionais. (Embrapa, 2024)

4. Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): O PGPAF apoia agricultores familiares financiados pelo Pronaf, garantindo um preço de produção nunca inferior ao estabelecido pela PGPM. (Embrapa, 2024)

5. Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): O PNCF financia a compra de imóveis rurais para agricultores sem-terra ou com pouca terra, incluindo recursos para estruturação da propriedade e assistência técnica, visando a independência do agricultor. (Embrapa, 2024)

6. Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF): Identifica e fortalece produtos da agricultura familiar com um selo específico, *QR code* e número de série, válido por dois anos. Concedido a agroindústrias e cooperativas com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o SENAF possui modalidades para diferentes públicos, como mulheres, jovens, quilombolas e indígenas. (Embrapa, 2024)

7. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB): O PNPB, programa interministerial, promove a produção sustentável de biodiesel, gerando inclusão produtiva e emprego. O Selo Combustível Social, concedido pelo MAPA, reconhece produtores de biodiesel que cumprem critérios de inclusão de agricultores familiares. (Embrapa, 2024)

8. Programa Brasil Mais Cooperativo: Instituído para apoiar o cooperativismo rural, oferece assistência especializada, promoção da intercooperação e qualificação em gestão, produção e comercialização. (Embrapa, 2024)

9. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Um dos maiores programas de alimentação do mundo, o PNAE destina pelo menos 30% dos recursos para aquisição de alimentos da agricultura familiar, valorizando a produção local e os hábitos alimentares regionais. (Embrapa, 2024)

10. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): O PAA compra alimentos diretamente da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais e apoio à formação de estoques, fortalecendo a comercialização dos produtos familiares. (Embrapa, 2024)

11. Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade: Com ações executadas por chamadas públicas, o programa estrutura-se em cinco eixos temáticos, como cadeias do extrativismo e energias renováveis, promovendo a bioeconomia. (Embrapa, 2024)

12. Programa Residência Profissional Agrícola: Qualifica jovens estudantes e recém-egressos de ciências agrárias por meio de estágios ou residências, aprimorando conhecimentos e habilidades para atuação profissional. (Embrapa, 2024)

13. Programa Ater Digital: Fortalece o Sistema Brasileiro de ATER utilizando Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ampliando o alcance e a eficiência dos serviços de extensão rural. (Embrapa, 2024)

14. Programa Rotas da Integração Nacional: Promove desenvolvimento regional e inclusão produtiva por meio de redes de arranjos produtivos locais, como açaí, fruticultura, mel e biodiversidade, focando em inovação e sustentabilidade. (Embrapa, 2024)

15. Agroindústria Familiar: Apoia a regularização legal e competitividade da agroindústria familiar no mercado, com ações para capacitação e inserção de agricultores familiares, coordenadas pelo SUASA. (Embrapa, 2024)

Esses programas e políticas visam atender à diversidade de necessidades e fortalecer a agricultura familiar, um setor essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, a efetividade desses programas enfrenta desafios importantes, tanto na implementação quanto na acessibilidade para os pequenos agricultores.

Por exemplo, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), apesar de ser fundamental para o apoio técnico e o desenvolvimento sustentável, ainda precisa alcançar maior inclusão dos pequenos e médios agricultores que, muitas vezes, encontram dificuldades em acessar os serviços oferecidos. A reformulação atual visa justamente expandir o alcance da assistência técnica, incluindo aqueles que antes não eram atendidos pelo Pronaf. No entanto, a efetiva cobertura do programa e a formação de agentes capacitados em diferentes regiões ainda são limitações a serem superadas.

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e o Fundo de Garantia-Safra, embora sejam proteções essenciais contra riscos climáticos, muitas vezes enfrentam dificuldades para serem acessados rapidamente pelos agricultores em emergências, devido à burocracia envolvida e ao tempo de resposta. Essa demora pode impactar a segurança financeira dos agricultores familiares, sobretudo em áreas vulneráveis do semiárido.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) desempenham papel importante na estabilização da renda e na proteção contra oscilações de mercado. No entanto, nem todos os agricultores conseguem acessar esses benefícios devido a barreiras burocráticas e dificuldades na obtenção de crédito.

O Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) promove o acesso à terra, essencial para pequenos agricultores que buscam autonomia. Contudo, a falta de recursos para estruturação das propriedades adquiridas e de apoio contínuo limita o sucesso do programa em várias regiões.

Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são fundamentais para fortalecer a comercialização da agricultura familiar, mas ainda enfrentam desafios logísticos e administrativos, principalmente na integração com mercados locais e na diversificação dos produtos.

A Agroindústria Familiar e o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) são instrumentos de valorização dos produtos da agricultura familiar, facilitando o acesso a mercados e a competitividade. Ainda assim, muitos produtores enfrentam dificuldades para cumprir os requisitos legais e de regularização, o que impede o pleno potencial de inserção no mercado.

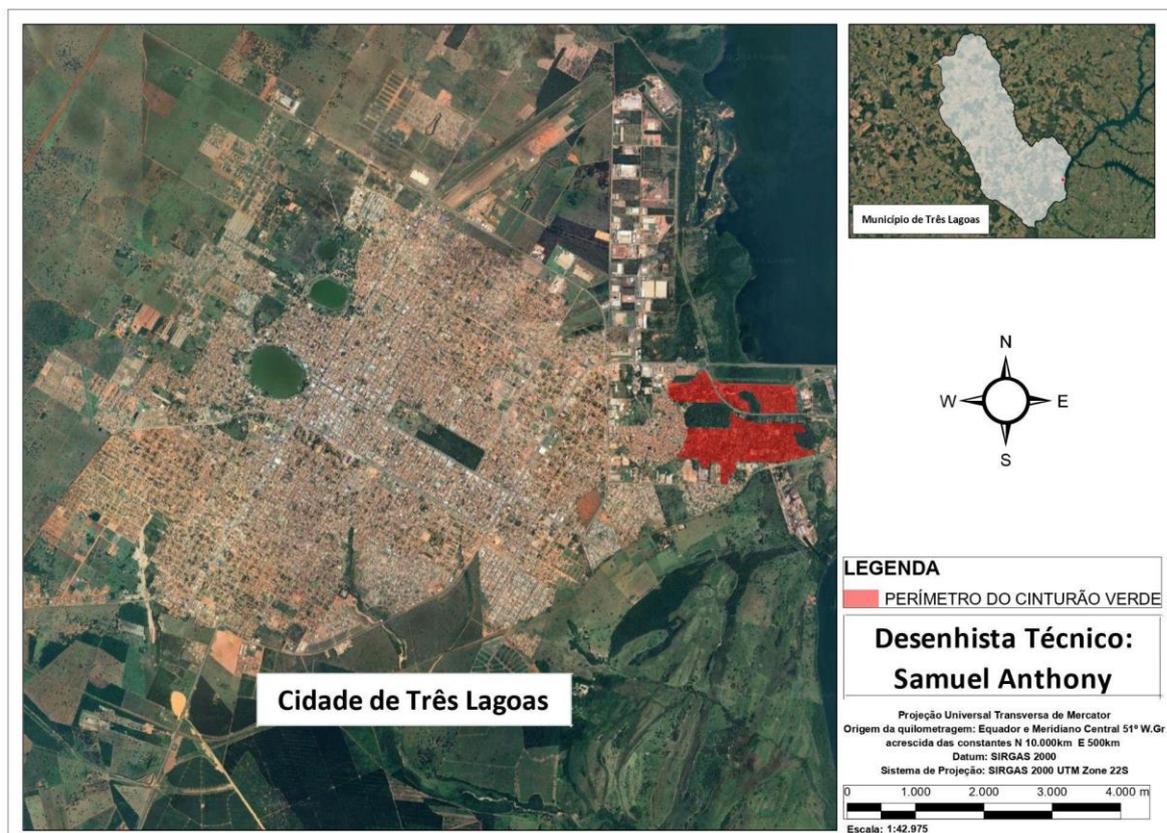
Portanto, apesar da relevância e do impacto positivo desses programas, sua eficácia é frequentemente comprometida pela complexidade de implementação, pela burocracia envolvida e pela falta de infraestrutura nas áreas rurais. Melhorias na coordenação interministerial, simplificação de processos e investimento em infraestrutura podem ampliar a participação dos pequenos produtores e garantir que esses programas atinjam plenamente seus objetivos.

3. O CINTURÃO VERDE DE TRÊS LAGOAS-MS

De acordo com Baratelli e Raoul (2018, p.2), no perímetro periurbano de Três Lagoas-MS, encontra-se uma área 139,63 hectares, ocupada por pequenos agricultores, conhecida como Cinturão Verde. [...]cedidos por meio de contratos de comodato por prazo determinado (Borges E Oliveira, 2013, p. 103)”. Nesse local, famílias residem e cultivam há mais de três décadas. A área é reconhecida pela Lei Municipal nº1.807/2002 como área de ocupação de pequenos agricultores, possui 184 lotes nos quais as famílias cultivam para assegurar sua alimentação. Além disso, comercializam os excedentes no mercado local, garantindo sua permanência na terra. As autoras citam também:

Em 2015, o Ministério Público Estadual, através do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), exige da prefeitura a retirada dos produtores da área do Cinturão Verde, negando o direito à terra a dezenas de famílias que ali moram e produzem há mais de 30 anos. O Ministério Público Estadual-MPE, através do Termo de Ajuste de Conduta-TAC questiona a função social das propriedades do Cinturão Verde. A prefeitura argumenta do descumprimento da função social, apontando a improdutividade de 70% do Cinturão (Baratelli; Raoul, 2018 p.2)

Figura 1 - Mapa de Três Lagoas-MS - com a localização da área do Cinturão Verde



Fonte: Mapa produzido por Samuel Anthony. 2024.

O Cinturão Verde surgiu em 1975, após a desapropriação da fazenda Santa Helena para a criação de um Distrito Industrial no município. Uma parte dessa área foi cedida pela Prefeitura Municipal para o cultivo de hortaliças por pequenos agricultores. No entanto, apenas em dezembro de 2002, após uma mobilização significativa dos moradores, foi sancionada a lei que oficializou o Cinturão Verde, anteriormente conhecido pelos órgãos públicos como área industrial (Queiroz, 2013, p. 26 *apud* Borges E Oliveira, 2018, p. 103). Sendo assim:

Apesar da conquista da lei que regulamenta o sistema de comodato e a transformação, em 2002, de área industrial em Cinturão Verde, o território é palco de intensas disputas, assim como a interpretação da própria lei, desde longa data. O projeto de extensão para o estudo desta realidade foi realizado a partir da solicitação, à Universidade, de duas Associações de moradores do Cinturão Verde, a Associação de Produtores Orgânicos de Três Lagoas (Aspatrês) e a Associação dos Agricultores Familiares Germinar, preocupadas com a situação de insegurança vivida pelas famílias, em face da não renovação dos contratos de comodato, desde 2012, da falta de assistência técnica aos agricultores familiares e ainda da instabilidade derivada dessas situações, por serem constantemente ameaçados de despejo, sendo esta ameaça agravada por um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC)⁶ impetrado pelo Ministério Público Estadual contra a Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, no ano de 2016, alegando que a área não estava cumprindo a sua função social (Borges e Oliveira. 2018, p. 104).

A citação trata da complexa situação envolvendo o Cinturão Verde de Três Lagoas e o contexto de disputas e inseguranças enfrentadas pela comunidade local, mesmo após a regulamentação do sistema de comodato. A legislação estabeleceu o uso dessa área para atividades agrícolas sustentáveis, com o objetivo de apoiar a agricultura familiar e fortalecer práticas ambientalmente responsáveis. No entanto, essa regulamentação tem sido alvo de conflitos e interpretações divergentes ao longo dos anos.

Um ponto crucial é a transformação da área industrial em Cinturão Verde em 2002, que trouxe consigo a expectativa de estabilidade para as famílias agricultoras. Porém, a realidade se revelou mais desafiadora, especialmente a partir de 2012, quando os contratos de comodato deixaram de ser renovados. Isso aumentou a sensação de insegurança, uma vez que essas famílias ficaram sem garantias legais para continuar trabalhando na terra. A ausência de assistência técnica, mencionada no texto, também se configura como uma dificuldade, pois limita o crescimento e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A preocupação das associações de moradores, como a Associação de Produtores Orgânicos de Três Lagoas (Aspatrês) e a Associação dos Agricultores Familiares Germinar, reflete a vulnerabilidade desses agricultores diante das ameaças de despejo. Essa ameaça se intensificou com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2016, movido pelo Ministério Público Estadual contra a Prefeitura de Três Lagoas. O TAC alegava que o Cinturão Verde não estava cumprindo sua função social, o que indica o conflito entre a visão das autoridades e as necessidades da comunidade agrícola local.

Assim, se tem o cenário onde a insegurança e a luta pela permanência na área são constantes. As demandas por assistência técnica e a busca por garantias legais são essenciais para que as associações de moradores possam superar a instabilidade e assegurar a viabilidade do Cinturão Verde como espaço de produção e subsistência para as famílias envolvidas. Essa situação expõe a importância de legislação clara e do suporte técnico e jurídico para que o uso da terra possa cumprir plenamente sua função social, beneficiando tanto a comunidade quanto o ambiente.

3.1. O Cinturão Verde no contexto da APA do Jupia

Conforme descrito por Francisco (2013), o surgimento e a formação de Três Lagoas/MS começaram a se delinear entre 1885 e 1914, com o foco inicial na expansão da pecuária. O segundo ciclo econômico, que ocorreu de 1915 a 1930, foi impulsionado pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), resultando na transformação de Três Lagoas de vila (distrito) em município, com sua emancipação de Sant'Ana do Paranaíba em 15 de junho de 1915.

O processo de crescimento da cidade acelerou-se durante o terceiro ciclo econômico, entre 1964 e 1974, devido à construção da Hidrelétrica Souza Dias (Jupia). A chegada de trabalhadores para a construção da hidrelétrica resultou na construção do bairro Vila Piloto, que abrigou aproximadamente 15 mil pessoas entre 1964 e 1975, causando um crescimento significativo no consumo e nas atividades comerciais da região (Francisco, 2013).

Em síntese, o processo crescimento da cidade de Três Lagoas foi marcado por diferentes ciclos econômicos. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, posteriormente, da Hidrelétrica Souza Dias, desempenharam papéis fundamentais na

transformação da cidade e no aumento populacional, especialmente com a criação do bairro Vila Piloto.

Segundo a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2002), na década de 1970, o governo desapropriou uma área de cerca de 160 hectares para a construção da Usina Hidrelétrica Eng^o Souza Dias (Jupia). A Companhia Energética de São Paulo (CESP) assumiu a responsabilidade pela área e, com o auxílio da empreiteira Camargo Corrêa, construiu a Vila Piloto I na mesma área. Após a instalação, a administração e a conservação dos fragmentos florestais presentes foram transferidas para a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (PMTL). Essa responsabilidade envolveu uma área ambientalmente significativa de 430.439 m².

Silva, *et al* (2018), descreve que as unidades florestais foram oficialmente designadas como Reserva Florestal pela Lei Municipal nº 614, de 29 de outubro de 1982. Posteriormente, durante a gestão da época, a Lei Municipal nº 1.726, de 1º de outubro de 2001, transformou a área em "Parque Natural Municipal do Jupia", com nova alteração estabelecida pela Lei nº 1.823, de 19 de dezembro de 2002. Em 15 de dezembro de 2009, o "Parque Natural Municipal do Jupia" foi convertido em Área de Proteção Ambiental (APA) pela Lei Municipal nº 2.411, com o objetivo de preservar a diversidade biológica, regulamentar a ocupação da área e garantir a sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Segundo a legislação:

A Lei Federal 6.902, de 27/4/81, estabelece que, as Arcas de Proteção Ambiental são porções do território nacional de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejos diversos, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais e seminaturais, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou constituir-se em local de experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. (Zanoni, *et al*, 2000, p. 42).

A gestão das áreas naturais, como o Parque Natural Municipal do Jupia, evidencia a preocupação com a conservação ambiental, culminando na sua transformação em Área de Proteção Ambiental (APA), visando equilibrar o desenvolvimento urbano e a preservação da biodiversidade. Assim, a legislação federal e municipal desempenha papel importante na proteção das áreas ambientais, destacando a necessidade de conciliar o uso sustentável dos recursos naturais com o bem-estar da população local e a manutenção dos processos ecológicos essenciais.

Silva, *et al* (2018), discorre em seu estudo sobre a preocupação em relação a preservação da (APA):

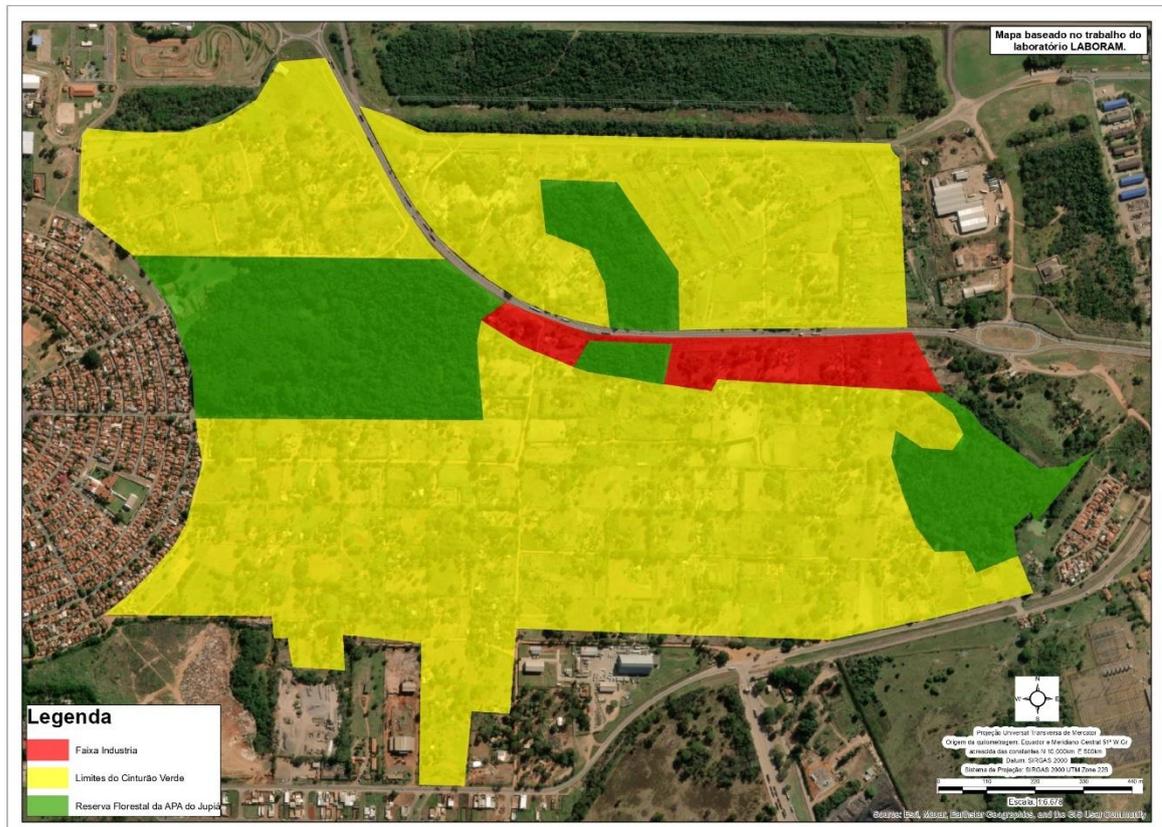
Contudo, mesmo perante tal importância ecológica, ressalta-se na presente pesquisa que a presença antrópica foi constatada de maneira marcante, uma vez que foram identificados resíduos sólidos como garrafa pet, plásticos diversos, latas de alumínio, isopor, sacolas entre outros produtos dentro e fora da parcela, sendo esses elementos diretamente prejudiciais à qualidade ambiental da reserva. (Da Silva, et al, 2018, p. 141).

O referido autor também discorre sobre:

Verificou-se, contudo, que a APA analisada encontra-se na contramão de seus principais objetivos previstos no Plano Diretor Municipal, tais como: conservação de processos naturais, da biodiversidade, do desenvolvimento e da adequação das atividades humanas às características ambientais da área, necessitando, portanto, de atenção substancial do poder público municipal (Da Silva, et al, 2018, p. 144).

A Área de Proteção Ambiental (APA) desempenha um papel fundamental na preservação do meio ambiente, pois seu principal objetivo é proteger a biodiversidade e os recursos naturais de uma determinada área. No caso da APA do Parque Natural Municipal do Jupia (Figura 2), sua importância é ainda maior, já que a área abriga fragmentos florestais que contribuem para o equilíbrio ecológico local, auxiliando na regulação climática, na proteção dos recursos hídricos e na manutenção dos habitats de diversas espécies. Além disso, as APAs oferecem oportunidades para o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como o ecoturismo e a educação ambiental, promovendo a conscientização da população sobre a importância da conservação ambiental.

Figura 2- Cinturão Verde e APA Jupirá - Três Lagoas (MS)



Fonte: Mapa produzido por Samuel Anthony, 2024.

Para garantir que esses benefícios continuem a ser desfrutados, é essencial que a APA seja conservada adequadamente. A degradação desse espaço pode comprometer a saúde dos ecossistemas, levando à perda de biodiversidade e ao desequilíbrio ecológico daquele local. A conservação da APA não só protege o meio ambiente, mas também assegura o bem-estar das gerações futuras, que dependem diretamente dos serviços ambientais proporcionados por áreas protegidas como esta. Portanto, o cuidado com essa área deve ser prioridade para garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação da riqueza biológica de Três Lagoas.

A agroecologia, praticada por meio da agricultura familiar no Cinturão Verde de Três Lagoas, que faz parte do fragmento da Área de Proteção Ambiental (APA), desempenha papel importante na conservação dessa área. A adoção de práticas agroecológicas permite que os pequenos agricultores do Cinturão Verde cultivem alimentos de maneira sustentável, respeitando os ciclos naturais e promovendo a preservação dos recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade.

Ao evitar o uso de agrotóxicos e adotar técnicas de manejo sustentável, como a rotação de cultivos, o plantio consorciado e o uso de adubos orgânicos, a agricultura familiar contribui para a proteção dos ecossistemas locais. Essas práticas reduzem a degradação ambiental, promovem a regeneração do solo e aumentam a resiliência do meio ambiente diante das mudanças climáticas. Além disso, a agroecologia fortalece a biodiversidade, criando um ambiente mais equilibrado e saudável tanto para os cultivos agrícolas quanto para a fauna e flora nativas da APA.

A integração da agroecologia no Cinturão Verde não só garante a produção de alimentos saudáveis para a comunidade local, mas também funciona como uma barreira de proteção para a APA, evitando a expansão desordenada e o uso intensivo dos recursos naturais que poderiam comprometer a sustentabilidade desse espaço. Assim, a agricultura familiar agroecológica se destaca como aliada fundamental na conservação ambiental, contribuindo para a manutenção da integridade ecológica da APA e para o desenvolvimento socioeconômico da área.

4. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE

Foram realizadas entrevistas com dezesseis chefes de família, todos responsáveis por lares compostos por, no mínimo, três integrantes. Dentre as questões abordadas, uma enfocou a produção e comercialização dos produtos cultivados nas terras que ocupam. Observou-se que todos os participantes se dedicam ao cultivo da terra, e a maior parte da produção é destinada ao consumo familiar. O excedente, por sua vez, é comercializado na Feira da AEMS (Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul- Faculdades Integradas), a qual representa, atualmente, o único ponto de venda disponível para esses agricultores, além da “boca a boca” pela cidade. Essa feira é organizada por meio de um projeto de extensão, realizado em parceria com alunos do curso de Agronomia da faculdade.

A seguir, apresenta-se o quadro 1 com os produtos cultivados e a criação de animais, cujos dados foram coletados durante as entrevistas:

Quadro 1- Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): Cultivos, produtos e criações presentes

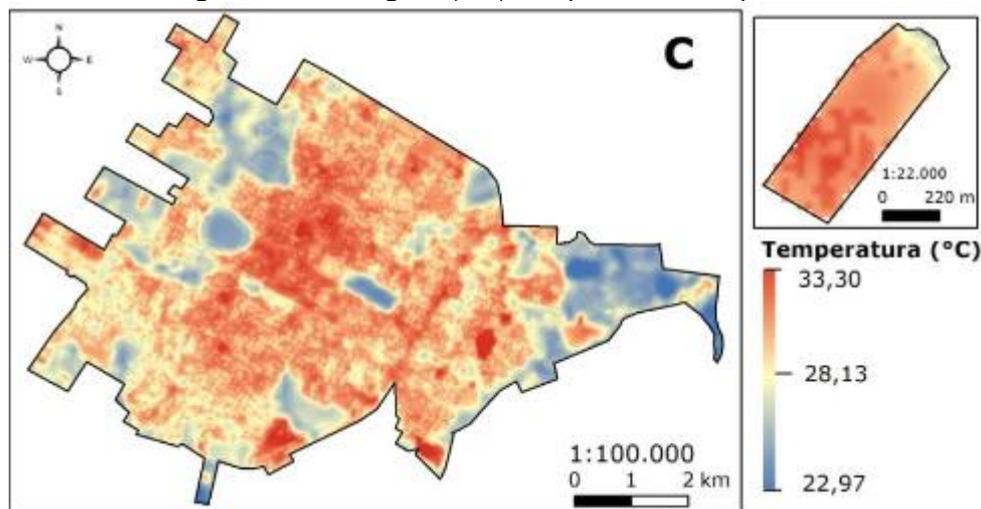
Origem Animal	Ovos, Galinhas e Leite.
Tubérculos	Batata, Beterraba, Cará, Cenoura e Mandioca.
Grãos	Amendoim, Feijão, Feijão Andu e Feijão Catador.
Hortaliças	Alface, Almeirão, Brócolis, Cebolinha, Chicória, Couve, Couve-flor, Espinafre, Rúcula e Salsa.
Leguminosas	Abóbora, Berinjela, Chuchu, Jiló, Pepino, Pimenta, Quiabo e Tomatinho.
Frutíferas	Abacate, Abacaxi, Acerola, Amora, Banana, Café, Caju, Canela, Carambola, Coco, Goiaba, Jabuticaba, Jaca, Laranja, Limão, Mamão, Manga, Maracujá, Morango, Noni, Pinha, Pitanga, Poncã, Seriguela, Tamarindo e Uva

Fonte: Questionários realizados no Cinturão Verde, 2024.

Os cultivos realizados pelos moradores da área exercem papel fundamental sob diversos aspectos, não apenas para o autoconsumo das famílias envolvidas, mas também para o ecossistema e a comunidade local. Em termos sociais, a produção agrícola representa fonte de sustento e relativa autonomia para as famílias, permitindo acesso direto a alimentos frescos e saudáveis, além de gerar uma renda a partir da comercialização dos excedentes na Feira da AEMS. Essa renda poderia e deveria ser maior, se os agricultores do Cinturão Verde não fossem proibidos de participar da Feira Central da cidade e por conta da “irregularidade” não fossem impedidos de vender seus produtos para os mercados.

Do ponto de vista ambiental, o cultivo sustentável e diversificado contribui para a conservação do solo, evitando processos de erosão e auxiliando na manutenção de sua fertilidade natural. A variedade de espécies cultivadas, como frutas, legumes, verduras e grãos, ajuda a preservar a qualidade do solo por meio de práticas de rotação de cultivos, que melhoram a retenção de nutrientes e a estrutura física do solo. Além disso, o cultivo vegetal exerce influência sobre o clima local, promovendo a absorção de dióxido de carbono e contribuindo para a redução do aquecimento e o aumento da umidade na área. Assim como demonstra o mapa de temperatura de superfície produzido por Braz et al, (2018):

Figura 3 - Três Lagoas (MS): temperatura da superfície



Fonte: Braz et al, 2018.

Nesse caso, observa-se no mapa a cor azul, representando uma temperatura entre 28,13°C a 22,97°C, e pode-se notar uma predominância dessa cor na região onde se localiza o Cinturão Verde, situado na porção leste do mapa.

Para os moradores, a prática agrícola reforça os laços com a terra e a cultura local, promovendo o bem-estar e a segurança alimentar das famílias. Além disso, a manutenção desses cultivos próximos à Área de Proteção Ambiental (APA) do Jupirá tem importância estratégica para a conservação desse ecossistema. O manejo sustentável e responsável dessas áreas reduz o risco de degradação ambiental, favorecendo a preservação dos recursos hídricos e a proteção da biodiversidade local. Dessa forma, os cultivos locais não apenas beneficiam diretamente as famílias que ali residem, mas também desempenham papel crucial na conservação e na sustentabilidade ambiental da APA do Jupirá, contribuindo para a resiliência e equilíbrio

do ecossistema da região. Clawson (1985), *apud* Altieri (2010, p. 26) argumenta sobre a temática, mesmo analisando outros lugares:

Os pequenos agricultores tradicionais tendem a cultivar uma ampla variedade de cultivares. Muitas destas plantas são variedades locais (landraces), mais heterogêneas geneticamente que as variedades modernas e as sementes foram transmitidas de geração a geração. Estas variedades autóctones oferecem maior defesa contra a vulnerabilidade e melhoram a segurança das colheitas em meio a doenças, pragas, secas e outras tensões (Clawson, 1985, *apud* Altieri, 2010, p. 26).

Sendo assim, a agricultura familiar, ao fortalecer a segurança alimentar e promover práticas sustentáveis, também serve como pilar essencial para a resiliência das comunidades. Incentivar o cultivo local pode impulsionar o desenvolvimento econômico local e regional, criando oportunidades de emprego, de renda e estimulando a troca de saberes entre gerações. Além disso, o envolvimento da comunidade em feiras e eventos locais não apenas valoriza os produtos regionais, mas também reforça laços sociais e culturais. Dessa forma, ao apoiar a agricultura familiar, constrói-se não apenas em um modelo econômico, mas um futuro mais sustentável para todos.

Ao adotar práticas sustentáveis, a agricultura familiar contribui significativamente para a mitigação dos efeitos do aquecimento global, uma vez que promove o uso responsável dos recursos naturais e reduz a dependência de insumos químicos e energias não-renováveis. No contexto atual, quando o aquecimento global ameaça a biodiversidade, a segurança alimentar e a própria sobrevivência da humanidade, práticas agrícolas de baixo impacto tornam-se essenciais.

A atual situação de “ilegalidade” do Cinturão Verde de Três Lagoas gera uma série de consequências para os agricultores familiares que dependem dessas terras para subsistir. Por estarem em uma posição jurídica incerta e sem a renovação dos contratos de comodato, ficam impedidos de acessar políticas públicas fundamentais, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Essas políticas poderiam fornecer a assistência técnica e os subsídios necessários para o desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas, mas, devido à irregularidade da situação fundiária, essas famílias estão excluídas desses benefícios.

Além disso, a condição irregular também lhes impede de participar da feira municipal de Três Lagoas, uma oportunidade importante para comercializarem seus produtos e obterem renda. Essa exclusão agrava ainda mais a vulnerabilidade econômica das famílias agricultoras, que se veem sem canais formais para escoar sua produção e sem os incentivos financeiros e técnicos que poderiam impulsionar a qualidade e a eficiência de suas atividades. Assim, a falta de regularização do Cinturão Verde não apenas compromete o cumprimento de sua função social, mas também impede que esses agricultores integrem plenamente as redes de apoio e desenvolvimento oferecidas por políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

A análise quantitativa dos dados coletados por meio do questionário (ver Apêndice A) sobre o Cinturão Verde é apresentada a seguir, ilustrada em oito gráficos que sintetizam as respostas dos participantes. Esses gráficos visam oferecer perspectiva da parte demográfica dos agricultores familiares. Em seguida serão expostas as questões qualitativas, que se deu por meio da segunda parte do questionário com questões abertas, que tratavam sobre a fragilidade desse momento de luta dos moradores. Por meio dessas representações, será possível identificar tendências, correlações e *insights*, contribuindo para debate mais fundamentado sobre a importância da agricultura familiar e seu impacto na APA do Jupia.

Antes de iniciar as entrevistas, foram apresentadas duas questões aos entrevistados: uma relativa à autorização para gravação da entrevista e outra sobre a condução das entrevistas de forma não anônima. Todos os participantes consentiram quanto à anonimidade, exceto um entrevistado, que não autorizou a gravação e optou por não responder às questões abertas. Ao todo, dezesseis agricultores participaram do processo, resultando em material para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas por meio da Associação do Cinturão Verde, que promoveu a reunião dos moradores para esse fim. Em virtude da dinâmica do encontro, não foi possível realizar o registro fotográfico dos cultivos de cada um dos participantes, apenas do momento das entrevistas.

Figura 4 - Cinturão Verde (MS): registro de entrevistas



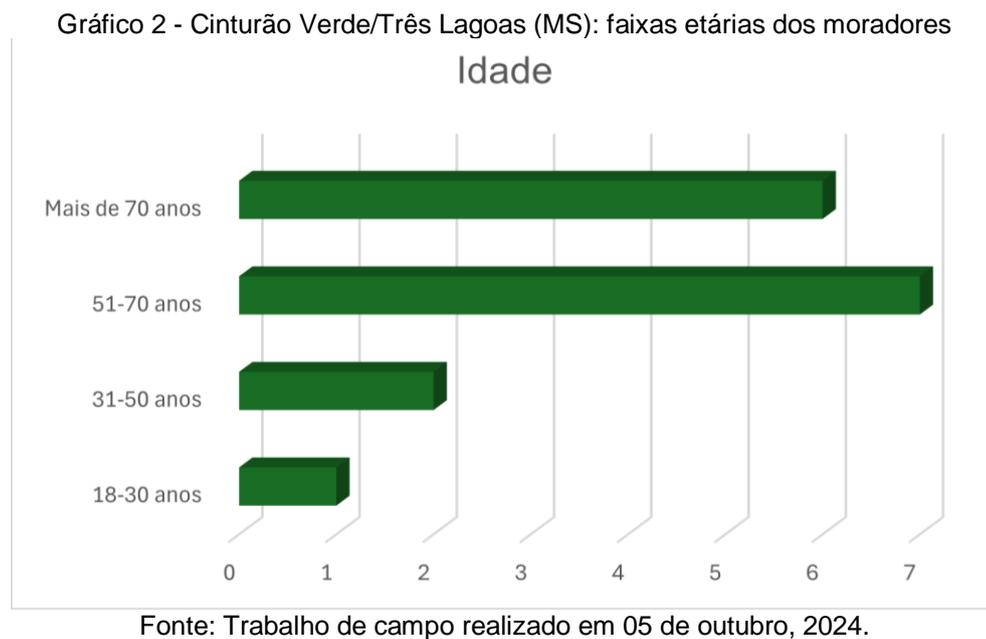
Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

No gráfico 2 demonstra-se que a maioria dos moradores da área em questão é composta por pessoas idosas, com idade superior a 51 anos, sendo apenas três participantes abaixo dessa faixa etária. Essa realidade é significativa, especialmente à luz das considerações de Travassos e Viacava (2007), que destacam que os idosos em áreas rurais enfrentam, além dos desafios inerentes ao envelhecimento, barreiras adicionais no acesso aos serviços de saúde necessários. Fatores como a necessidade de percorrer longas distâncias, dificuldades relacionadas ao transporte e limitações financeiras dificultam esse acesso.

Morais, Rodrigues e Gerhardt (2008) complementam essa análise ao afirmarem que, em geral, a população idosa nessas localidades apresenta índices elevados de

pobreza, níveis educacionais mais baixos, condições habitacionais precárias e restrições no transporte. Essas circunstâncias contribuem para o aumento de problemas crônicos de saúde e maior dependência em relação às atividades cotidianas.

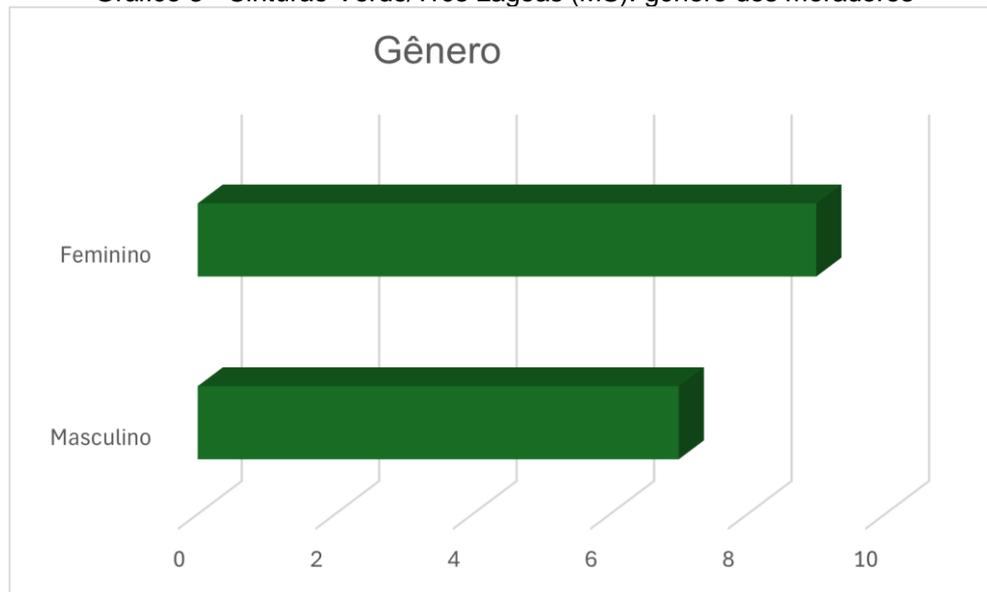
No entanto, mesmo diante desses desafios, a população idosa que participou desta pesquisa evidenciou, em diversas ocasiões, sua resiliência e determinação em lutar por seus direitos, pela permanência no local e pela preservação de suas terras.



No gráfico 3 tem-se a demonstração de que o gênero feminino prevaleceu entre os entrevistados, além de 5 dessas 10 mulheres serem chefes de sua família. Segundo Carvalho (1998, p. 85), as famílias lideradas por mulheres estão frequentemente associadas a contextos de vulnerabilidade econômica. Nesses casos, a mulher, que é a única adulta responsável pelo lar, assume tanto o papel de provedora quanto as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, e no caso do Cinturão algumas cuidam dos netos.

Essa dualidade de funções pode gerar uma sobrecarga significativa, refletindo não apenas nas dinâmicas familiares, mas também nas condições sociais e econômicas das comunidades. Portanto, é crucial reconhecer e valorizar o papel dessas mulheres, promovendo políticas públicas que atendam suas necessidades específicas e que contribuam para a equidade de gênero, fortalecendo sua autonomia e capacidade de desenvolvimento dentro do Cinturão Verde.

Gráfico 3 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): gênero dos moradores

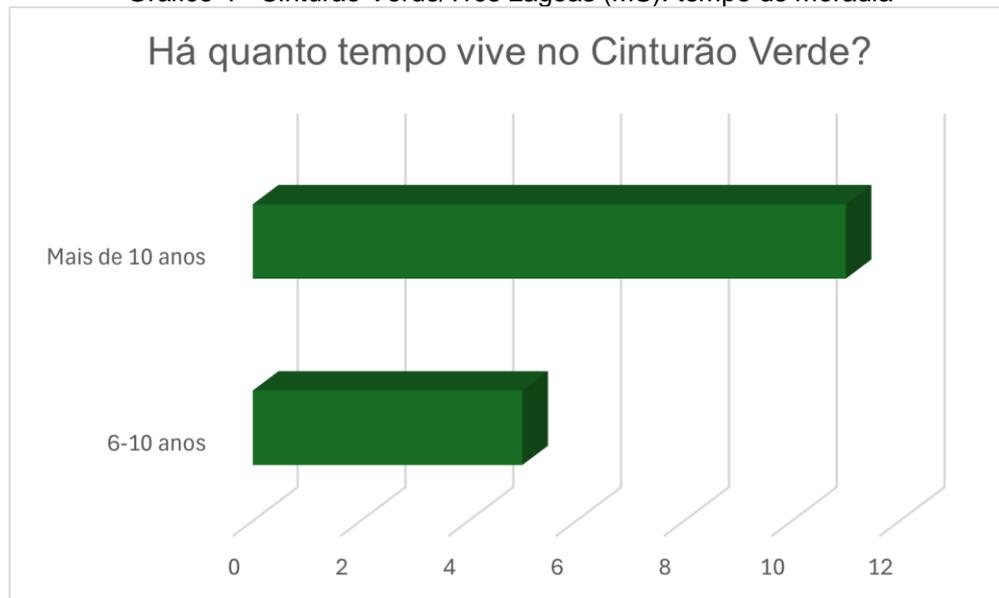


Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

O gráfico 4, demonstra o tempo de residência dos moradores no Cinturão Verde, é particularmente relevante para a discussão. A maioria dos participantes reside na área há mais de uma década, destacando-se uma senhora que afirmou viver ali há 30 anos. Outra entrevistada mencionou 29 anos de moradia, enquanto duas pessoas relataram residir no local por 24 anos. Além disso, um senhor indicou que sua permanência na área é de 18 anos.

A análise do Gráfico 4, que revela o tempo de residência dos moradores no Cinturão Verde, destaca a longevidade e a conexão profunda que esses indivíduos têm com a área. O predomínio de residentes que habitam o local há mais de uma década, incluindo relatos de permanência de até 30 anos, evidencia forte vínculo emocional e cultural com a terra. Essa estabilidade contribui não apenas para a formação de laços comunitários, mas também para a construção de identidade coletiva que valoriza as práticas agrícolas e a tradição familiar. Assim, compreender essa permanência é essencial para reconhecer as dinâmicas sociais e as necessidades específicas da comunidade, possibilitando a elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e respeitem a história e a experiência dos moradores.

Gráfico 4 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): tempo de moradia

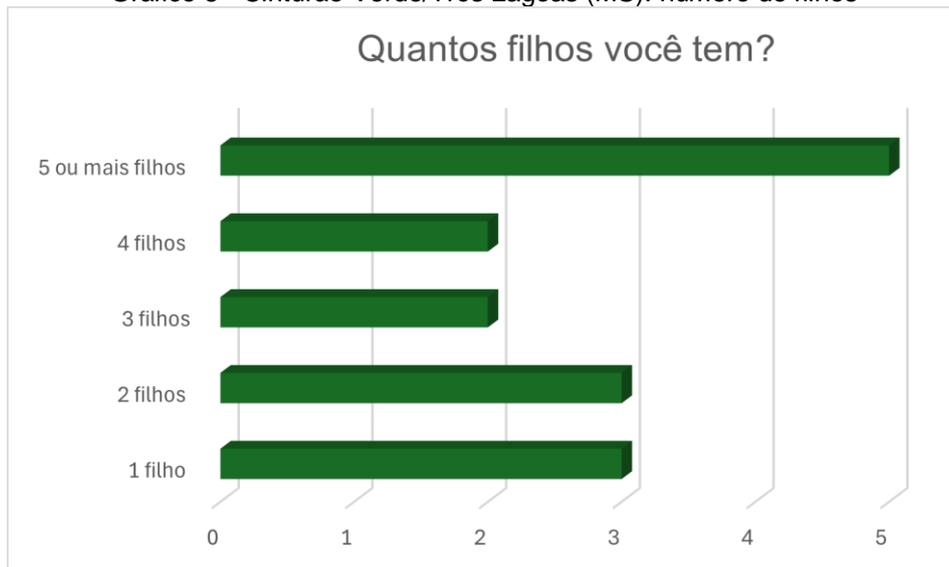


Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

Pelos dados apresentados no gráfico 5, que fornece informações sobre o número de filhos dos entrevistados, revela a tendência significativa entre os participantes mais idosos, que relataram que seus filhos foram criados no Cinturão Verde e, ao atingirem a idade adulta, optaram por se mudar para a cidade e formar suas próprias famílias. Como observam Silvestro e Cortina (1998), analisando outros lugares, esse fenômeno reflete o desejo crescente entre os jovens de não seguir as ocupações familiares, o que pode resultar em sérias consequências para a agricultura familiar.

A migração dos filhos implica não apenas na descontinuidade das propriedades rurais, mas a diminuição da população além de perdas econômicas e culturais das áreas rurais. Essa dinâmica ressalta a necessidade de políticas que incentivem a permanência dos jovens no campo, promovendo oportunidades que valorizem a vida rural e contribuam para a revitalização das comunidades, assegurando a sustentabilidade da agricultura familiar e a preservação das tradições locais.

Gráfico 5 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): número de filhos



Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

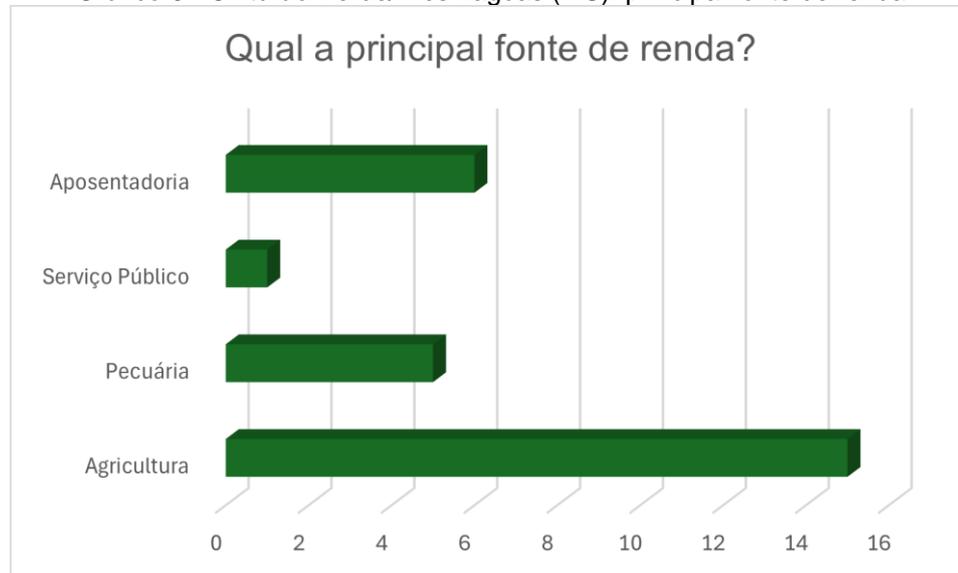
Os dados do gráfico 6 evidenciam a importância da agricultura como uma estratégia vital de sustento para as famílias entrevistadas, especialmente em um contexto em que a maioria dos participantes é idosa. A combinação de aposentadoria com a renda proveniente da atividade agrícola revela um modelo econômico que busca não apenas complementar a aposentadoria, mas assegurar a segurança alimentar. Essa diversidade de fontes de renda é importante para a resiliência econômica das famílias, permitindo-lhes enfrentar desafios financeiros e manter um padrão de vida digno.

Além disso, o cultivo desempenha papel fundamental na promoção da autonomia e da qualidade de vida dos idosos, reforçando a relevância da agricultura familiar na preservação das tradições locais e na valorização do conhecimento ancestral. De acordo com Tenório (2011) analisando outros contextos, diz que a ausência de incentivos sociais e econômicos, representa as principais dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar.

Compreende-se que a regularização do Cinturão Verde, acompanhada da possibilidade de os moradores acessarem programas como Pronaf, ATER, PAA E PNAE, poderia facilitar significativamente essa realidade. Aumentando o acesso a programas governamentais, o cultivo tornar-se-ia mais simples, eficaz e produtivo. Essa melhoria nas condições de apoio pode impulsionar a capacidade dos agricultores de

otimizar suas práticas, promovendo desenvolvimento mais sustentável e resiliente na área.

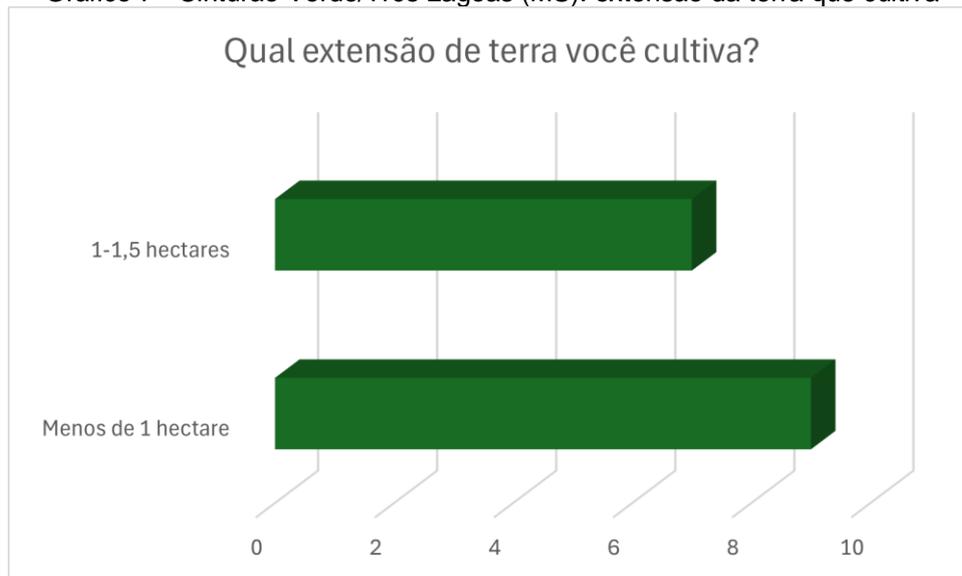
Gráfico 6 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): principal fonte de renda



Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

No gráfico 7 apresenta-se os dados sobre a extensão de terra cultivada por cada agricultor entrevistado. A análise revela que nove dos participantes cultivam menos de 1 hectare, enquanto sete relata área de cultivo entre 1 e 1,5 hectares. Embora a maioria trabalhe com pequenas áreas, isso não é visto como um impedimento para a produção, uma vez que os agricultores demonstram capacidade de maximizar o uso das áreas disponíveis. Essa realidade evidencia a importância da eficiência no manejo e das práticas agrícolas sustentáveis, que permitem a esses agricultores obterem resultados satisfatórios em suas atividades, mesmo com limitações de espaço. Além disso, ressalta a necessidade de apoio em termos de informação e recursos, para que possam continuar a otimizar suas produções e fortalecer a agricultura familiar na área.

Gráfico 7 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): extensão da terra que cultiva

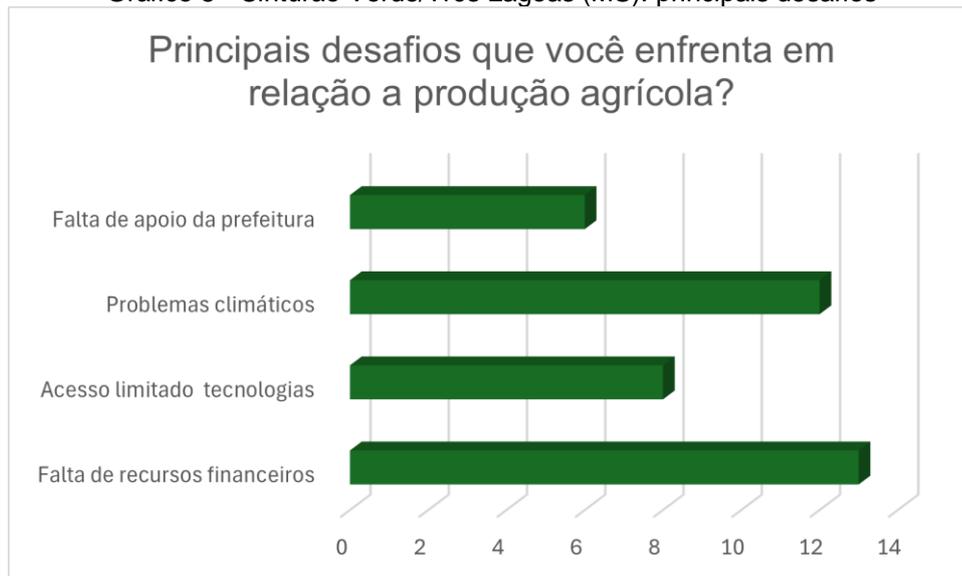


Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

No gráfico 8 apresenta-se uma questão fechada da segunda parte da entrevista, que trata dos principais desafios enfrentados pelos agricultores. As opções de resposta incluíram “falta de recursos financeiros”, “problemas climáticos” e “acesso limitado a tecnologias”. No entanto, um desafio adicional foi mencionado espontaneamente por seis entrevistados: a “falta de apoio da prefeitura”, o qual não constava nas alternativas previamente estabelecidas.

Esse resultado revela que, os agricultores também enfrentam questões ligadas à governança local, refletidas na percepção de falta de apoio por parte da prefeitura. A menção espontânea desse fator por uma parcela significativa dos entrevistados indica que há uma demanda por maior suporte.

Gráfico 8 - Cinturão Verde/Três Lagoas (MS): principais desafios



Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

A segunda parte da entrevista foi composta por questões abertas (ver Apêndice A), que, conforme mencionado anteriormente, foram gravadas com a autorização prévia dos participantes. A análise será organizada em quadros, e em cada um se apresentará os comentários correspondentes a uma questão específica. Os comentários foram sintetizados e selecionados, considerando que a transcrição integral tornaria a descrição excessivamente extensa para este contexto.

As histórias coletadas entre os agricultores do Cinturão Verde revelam uma ampla diversidade de trajetórias de acesso e estabelecimento na terra. Algumas famílias começaram sua jornada a partir de concessões, como a Resposta 1, que relata o início com um pequeno espaço cedido e uma horta, enquanto outras encontraram na agricultura uma alternativa após dificuldades em atividades anteriores, como na Resposta 2, que menciona a transição da pesca para a plantação de cana e criação de galinhas. Além disso, há aqueles que conquistaram seu espaço por meio de negociações informais, como na Resposta 3, em que um lote foi recebido como pagamento de uma dívida, e na Resposta 10, onde uma troca possibilitou a abertura de uma horta.

A aquisição de lotes também se deu por esforços próprios para sair de condições de moradia instáveis, como o aluguel, conforme descrito na Resposta 4, onde o acesso à terra foi fruto de economias acumuladas ao longo do tempo. Outros relatos, como o

da Resposta 5, evidenciam a migração de trabalhadores agrícolas para o Cinturão, buscando continuidade na atividade que já conheciam. Já a Resposta 11 ressalta os desafios iniciais enfrentados ao limpar e cultivar um lote antes coberto pelo mato, sem autorização formal de moradia, mostrando a resiliência necessária para estabelecer-se na área.

Essas narrativas destacam a multiplicidade de experiências, evidenciando que, apesar das diferenças nas formas de acesso à terra, muitos compartilham um desafio comum: a ausência de titularidade formal. Esse fator é frequentemente apontado como um obstáculo à estabilidade e à segurança jurídica dos agricultores, limitando seu acesso a incentivos governamentais e apoio ao desenvolvimento agrícola (DIAS et al., 2021). Assim, fica claro que a regularização fundiária é um passo essencial para garantir melhores condições de trabalho e crescimento para os agricultores familiares no Cinturão Verde.

Quadro 2 - Questão 7

Questão 7: Conte um pouco sobre a história de sua família na agricultura aqui no Cinturão. Como e quando começaram?	
Resposta 1	“cederam um espaço pra gente aqui já tem mais de 10 anos, começamos com a hortinha pequena, só com verdura, quando entramos meu marido trabalhava fora, agora só trabalha no sítio”
Resposta 2	“quando começou a escassez de peixe a gente partiu pra agricultura, cana para garapa e criação de galinhas”
Resposta 3	“eu mudei pra cá e foi aqui que passei a ser agricultura... meu irmão comprou o lote e me deu como pagamento de uma dívida que ele tinha comigo”
Resposta 4	“nois queria sair do aluguel conseguimos juntar um dinheiro e comprar um pedacinho de terra aqui, tem 9 anos que tamo aqui, a gente planta, pesca, cria galinha”
Resposta 5	“eu sou nascida e criada em fazenda... casei vim embora pra cá... começamo trabalhar em fazenda e depois viemo pro Cinturão, aí a gente produz tudo que dá aqui, planta as coisa”
Resposta 6	“eu cheguei aqui eu pescava, aí depois os peixe foi diminuino, eu fui criar porco, hoje não crio mais, só mexo com a horta”
Resposta 7	“nós começamo em 2019, depois de 4 ano meu marido morreu, viemo pra cá porque ele não gostava de ficar na cidade”
Resposta 8	“eu nasci no campo, em sítio, sempre gostei e gosto, minha esposa mais ainda, o tempo dela é integral no cultivo, na irrigação, no combate as pragas”

Resposta 9	“a história da agricultura pra mim é muito bom, porque eu gosto de mexer com a terra, é trabalhoso, aqui é de muita dificuldade, junto com o filho a gente faz o que pode, o filho ajuda muito”
Resposta 10	“eu vim pro cinturão verde na troca de um lote que eu fiz, abri uma horta e fui cuidar, só eu e meu irmão, a renda hoje é pouca mais é porque a horta tá sendo pouca, mas vivo daquele lote”
Resposta 11	“então, quando eu vim pra cá, a gente pego esse lote de um amigo do meu esposo, os dois já faleceu, e a gente começo a limpar porque era mato grande, a gente plantava muita banana, criava porco, a gente começo bem na luta, porque aqui não podia morar, a gente fez um barraquinho, aí a gente ia lá pra Vila Alegre onde eu morava, e vinha pra cá de manhã pra cuidar da roça”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas dos agricultores do Cinturão Verde à questão 9 revelam um sentimento generalizado de abandono e desamparo por parte das autoridades locais e do governo em relação ao apoio à agricultura familiar. Muitos relatam a ausência de suporte, como mencionado nas Respostas 1 e 4, onde a falta de inscrição estadual e a inação da prefeitura são citadas como barreiras significativas para a comercialização de seus produtos. A sensação de esquecimento por parte das autoridades públicas é recorrente, como na Resposta 2, que descreve a falta de auxílio aos moradores e as dificuldades adicionais impostas pela infraestrutura local, como uma nova estrada que isolou parte da comunidade.

Além disso, a incerteza sobre a posse da terra e o risco de despejo, mencionados na Resposta 3, agravam a insegurança dos agricultores, dificultando a realização de investimentos de longo prazo em suas propriedades e limitando o desenvolvimento econômico das famílias. Esse contexto é exacerbado pela histórica concentração fundiária no Brasil, que, desde a Lei de Terras de 1850, consolidou a ideia de propriedade privada sem facilitar o acesso amplo à terra, conforme analisado por Benatti (2003). Tal situação contribuiu para a exclusão de muitas famílias do sistema fundiário e criou barreiras adicionais à garantia de direitos, como observado por Holston (2013).

A falta de políticas eficazes para apoiar a regularização fundiária e a assistência técnica coloca os agricultores em uma posição vulnerável, obrigando-os a desenvolver estratégias próprias de sobrevivência. Sem a titularidade da terra e com apoio governamental limitado, essas famílias enfrentam desafios para manter a produção

agrícola e garantir sua permanência no campo. Essa realidade reflete a necessidade urgente de políticas públicas que considerem as especificidades da agricultura familiar e promovam a segurança jurídica e econômica desses trabalhadores, contribuindo para um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável.

Quadro 3 - Questão 9

Questão 9: Como você percebe o apoio do governo as atividades de agricultura familiar? Existem políticas que você considera eficazes ou ineficazes?	
Resposta 1	“não tem inscrição estadual que a prefeitura não liberou pra gente, então dificulta nossa venda... no momento no cinturão estamos por conta própria sem ajuda de ninguém”
Resposta 2	“nois não tamo melhor porque aqui a gente ta esquecido, não tem ajuda de ninguém tamo a deus dará... todos os moradores do outro lado da pista tá ilhado, só piorou pra gente depois dessa estrada”
Resposta 3	“tamo na incerteza se sai, se não sai, porque eles quer tirar nois daqui”
Resposta 4	“pelo menos aqui no cinturão verde pra nois a prefeitura não tem ajudado”
Resposta 5	“não tem ajuda de nada, nem de vereador, nem de prefeitura de nada”
Resposta 6	“a gente não participa porque a prefeitura não libera”
Resposta 7	“a gente não tem ajuda de ninguém da política, só de deus mesmo”
Resposta 8	“nunca apareceu ninguém lá nem pra perguntar “isso aqui é seu?”, ninguém faz nada pra cá”
Resposta 9	“pra ser sincero é tudo ineficaz pra mim”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas dos moradores do Cinturão Verde refletem preocupações profundas com a possibilidade de desapropriação e com o impacto ambiental das transformações que ameaçam a área. A insegurança quanto à permanência na terra é uma constante. Muitos temem que a área seja convertida em um distrito industrial ou em habitações populares, o que acarretaria a remoção de suas famílias e a destruição de um ambiente que preservam com cuidado, conforme observado nas respostas 1 e 5. Essa situação se relaciona diretamente com o que Silva (1978) discute, que as disputas de terras no Brasil geram tensões significativas para comunidades rurais, sobretudo as que não possuem titularidade formal.

Além disso, a falta de regularização fundiária, expressa em respostas como a 2 e 7, é um fator que potencializa a vulnerabilidade dessas comunidades. Fernandes (2000), explica que a ausência de titularidade formal da terra agrava o medo de desapropriação, minando as perspectivas de estabilidade e desenvolvimento dessas famílias. Isso se traduz em um sentimento de precariedade, que também impacta a

continuidade da produção agrícola e a segurança das famílias, como expresso nas respostas 3 e 6.

Essas preocupações evidenciam que o futuro do Cinturão Verde não se limita à questão da titularidade, mas abrange também as ameaças à sustentabilidade ambiental e ao modo de vida dos agricultores, que valorizam e dependem da relação com a terra e com a natureza ao seu redor.

Quadro 4 - Questão 10

Questão 10: Quais são suas principais preocupações em relação ao futuro do Cinturão Verde e de sua comunidade?	
Resposta 1	“a principal preocupação é a prefeitura querer tirar para fazer distrito industrial e casa habitacional... e tirar esses animais daqui é desumano”
Resposta 2	“tem que regularizar isso aqui, já tamo a muito tempo na terra, tem que dar o título definitivo”
Resposta 3	“eles cortar nossa atividade, pegar a terra de volta, né, eu não tenho nem pra onde ir, eu moro ali vivo ali, minha preocupação é essa, eles pede e a gente fica sem renda, sem nada”
Resposta 4	“se eles me tirar daqui eu não sei o que eu faço, ali é meu paraíso, se me tirar daqui eu morro, aqui é uma benção a gente precisa desse lugar”
Resposta 5	“nossa preocupação é ter que desocupar, a gente preserva os animais, as plantas”
Resposta 6	“eles falam que vão tirar a gente daqui, e eu não tenho outra casa, eu só tenho isso aqui pra morar, eles falam que a terra não é da gente”
Resposta 7	“é o medo, se a prefeitura não dá a inscrição é porque eles querem tomar”
Resposta 8	“a preocupação é com o meio ambiente também, o povo queimando tudo, não chove, cê vai lá no centro é um calorão, aqui é fresquinho, tem sombra tem vento, cheiro de natureza”
Resposta 9	“ah é a insegurança e a preservação”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

Os depoimentos dos agricultores sobre suas esperanças para o futuro da agricultura familiar revelam um desejo por segurança e apoio institucional. A incerteza quanto à posse da terra aparece como um fator recorrente, com os moradores buscando a regularização fundiária para poder trabalhar sem medo de desapropriação, como apontado nas respostas 1 e 9. A ausência de segurança sobre o uso da terra é um obstáculo constante, o que se alinha com a análise de Fernandes (2000), onde ele

destaca que “sem titularidade clara, o desenvolvimento da agricultura familiar fica ameaçado e a estabilidade dessas comunidades, comprometida”.

Por outro lado, a descrença nas políticas públicas também aparece em algumas respostas, como na 5, pois os moradores mencionam que confiam mais na ajuda de instituições acadêmicas e advocatícias do que na política. Isso reforça a visão de Porto Gonçalves e Catanzaro (2020) apontam que a falta de políticas públicas efetivas leva as comunidades rurais a dependerem de alianças com organizações externas, evidenciando a necessidade de uma rede de apoio mais robusta para a agricultura familiar.

Para muitos, como na resposta 7, o futuro da agricultura familiar é essencial para a sociedade como um todo, pois eles veem a produção rural como indispensável para a sustentação do mundo. Essa visão ressoa com o pensamento de Silva (1978) que discute a importância de fortalecer a agricultura familiar como uma peça-chave para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

As esperanças e os receios dos agricultores revelam, portanto, um profundo desejo por uma agricultura familiar mais autônoma, que possa prosperar sem depender de ajuda externa, mas com o suporte necessário para superar os desafios locais.

Quadro 5 - Questão 11

Questão 11: Quais são suas esperanças para o futuro da agricultura familiar na sua região?	
Resposta 1	“espero que regularize pra gente trabalhar mais tranquilo, sem ter essa preocupação, você dorme hoje e amanhã a prefeitura tá aqui pra te tirar”
Resposta 2	“esperança de dias melhores, que entre um governo que possa acolher, dar subsídio, incentivo, porque aqui tem tudo para dar certo”
Resposta 3	“só se tiver uma pessoa pra ajudar nois, porque se não tiver quem ajuda nois, nois não tem condição”
Resposta 4	“olha no momento eu nem posso falar em esperança, porque não tem nada que dá esperança pra gente agora”
Resposta 5	“esperança que as pessoas continue ajudando a gente, igual da faculdade AEMS que tá ajudando a gente, o advogado, porque de política a gente não espera não”
Resposta 6	“é esperança é de que nois agricultor familiar um dia pode viver só da terra, sem precisar buscar recurso pra fora, um clima bão, um poço bão artesiano que nois não tem”
Resposta 7	“tem que mudar essa política, porque a roça que manda no mundo, é a roça que mantém o mundo inteiro”

Resposta 8	“eu espero coisa boa, que a gente consiga as coisas pra ajudar a gente aqui, roçadeira, trator”
Resposta 9	“minha esperança é que legalize tudo, pra ficar mais fácil pra gente trabalhar”
Resposta 10	“que possa ser mais reconhecida que possa ter mais apoio”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas dos agricultores destacam a importância de figuras como Airan Afonso da Silva (presidente da Associação Aspatrês) e do Evandro Carlos Garcia, professor do curso de Direito da UFMS, assim como da Associação, na defesa dos direitos dos agricultores familiares no Cinturão Verde. Airan é amplamente reconhecido por sua atuação na busca de melhorias para a comunidade, seja através de parcerias com empresas e instituições de ensino, como mencionado nas respostas 1, 2 e 4, ou pelo seu apoio contínuo nas lutas cotidianas da comunidade, como nas respostas 6 e 7. Essa presença de um líder comunitário ativo reflete o papel fundamental que figuras locais podem desempenhar na defesa dos direitos e no fortalecimento da agricultura familiar.

Porto Gonçalves e Catanzaro (2020) ressaltam a importância de líderes comunitários na mobilização e na articulação das demandas locais, especialmente em contextos em que o apoio institucional é limitado. Airan exemplifica essa liderança, demonstrando não apenas o envolvimento direto nas causas, mas também sendo uma fonte de esperança e inspiração, como indicado na resposta 7.

Além de Airan, o apoio de outros membros e entidades, como o professor Evandro (UFMS) e a Associação, é essencial para a continuidade das atividades agrícolas e para a permanência dos agricultores na terra, como evidenciado na resposta 5. Esse apoio é consistente com o que Silva descreve, onde ele enfatiza que o fortalecimento das associações comunitárias é crucial para a defesa de direitos e para proporcionar suporte técnico e emocional aos agricultores familiares. Esses líderes e organizações, portanto, não apenas protegem os interesses dos agricultores, mas também contribuem para o fortalecimento da identidade e da resiliência da comunidade, garantindo que eles possam continuar com suas atividades agrícolas e enfrentando as dificuldades de forma coletiva.

Quadro 6 - Questão 12

Questão 12: Existem organizações ou líderes comunitários que têm um papel significativo na defesa dos direitos dos agricultores familiares? Como eles influenciam suas atividades agrícolas?	
Resposta 1	“ah, tem a associação e o Airan que tá ai lutando por nois”
Resposta 2	“o Airan tem lutado pra gente, pra conseguir melhoras as coisas”
Resposta 3	“o menino que ajuda a gente (apontando para o Airan)”
Resposta 4	“ele (o Airan) influencia positivamente, vai atrás de pesquisa, das empresas, da faculdade, pra ajudar a gente”
Resposta 5	“o doutor Evandro ajuda bastante, ele é muito importante pra nois, e a Associação que incentiva a gente ficar no lote”
Resposta 6	“sempre começa um mais desisti, uma briga sem fim, o Airan tá tentando ainda, temo que ver o que vai dar, é trabalhoso tem muita dor de cabeça, além de cuidar da terra dele, tem que cuidar do problema dos outros”
Resposta 7	“ai o Airan é um anjo nas nossas vidas (olhos marejados ao falar) ele ajuda muito a gente”
Resposta 8	“a o Airan né ele é muito esforçado, a gente apoia muito ele, ele põe a mão na massa, então o trabalho dele é 10”
Resposta	“a UFMS por meio do doutor Evandro, na parte jurídica”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas dos agricultores mostram que parcerias com instituições de ensino, como a faculdade AEMS, têm contribuído para melhorar as práticas agrícolas no Cinturão Verde. Projetos voltados para manejo de irrigação, combate sustentável a pragas e adubação foram fundamentais para a capacitação técnica dos produtores, além de criarem oportunidades de venda, como a feira organizada pela AEMS.

No entanto, alguns agricultores mencionam que não participaram desses projetos ou que desconhecem as iniciativas, o que revela a necessidade de ampliar o acesso e a divulgação dessas oportunidades. Apesar disso, os relatos positivos destacam que essas parcerias têm potencial para aumentar a sustentabilidade e a rentabilidade das atividades agrícolas, oferecendo soluções que combinam conhecimento técnico e apoio ao mercado. O desafio agora é garantir que mais agricultores possam usufruir desses benefícios, promovendo um desenvolvimento rural mais inclusivo.

Quadro 7- Questão 13

Questão 13: Pode descrever alguma experiência positiva ou inovação que ajudou a melhorar suas práticas agrícolas ou a rentabilidade?	
Resposta 1	“a gente procura fazer tudo orgânico, ai a faculdade vem ajudar a gente, explica sobre a irrigação, sobre combate as pragas de maneira sustentável, é bem interessante”
Resposta 2	“o projeto da faculdade AEMS com o curso de agronomia em parceria com a Suzano, projeto de Horta que ajuda a imprantar a horta, temos a feira da AEMS que ajuda bastante antes não tinha onde vender”
Resposta 3	“eu não participei não, se teve eu não conheço”
Resposta 4	“o que melhorou foi igual eu falei o pessoal da faculdade fizeram canteiro, ensino o manejo da irrigação, já foi um auxílio”
Resposta 5	“o conab e a AEMS”
Resposta 6	“o pessoal da faculdade ajudou bastante na questão agrícola, adubação, irrigação”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas dos agricultores à questão 14 reiteram o que já foi discutido nos quadros 3, 4 e 5. Esses relatos indicam a importância de adaptar as políticas de apoio para que possam incluir aqueles que, devido à falta de documentação ficam à margem dos programas de revitalização. Um maior esforço e vontade da prefeitura de Três Lagoas na regularização fundiária e na comunicação com essas comunidades poderia facilitar o acesso aos benefícios, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e abrangente para os agricultores do Cinturão Verde.

Quadro 8 - Questão 14

Questão 14: Você participa de algum programa de revitalização econômica ou desenvolvimento comunitário? Se sim, como foi sua experiência?	
Resposta 1	“não participo de nada não, não tem o documento”
Resposta 2	“a gente não participa de nenhum programa financeiro”
Resposta 3	“não participo de nada, de governo, prefeito a gente não tem ajuda nenhuma”
Resposta 4	“não, não temo ajuda de nada”
Resposta 5	“não, não chega nada pra nois aqui”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

As respostas à questão 15 revelam tanto desafios quanto aspectos positivos da agricultura familiar no Cinturão Verde. Alguns agricultores valorizam o aprendizado e a adaptação à agricultura, mas enfrentam dificuldades para escoar a produção devido à falta de documentação. Ainda assim, os laços comunitários são mencionados como um ponto forte, com trocas de conhecimento entre os agricultores ajudando a superar as dificuldades.

Quadro 9 - Questão 15

Questão 15: Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua vida e trabalho na agricultura familiar no Cinturão Verde?	
Resposta 1	“a gente tem que agradecer a deus, por ter dado o privilégio da gente aprender coisas novas, saimo da pescaria e partimo para a agricultura, foi uma experiência inovadora, bem aproveitada, nesses últimos tempos aprendi bastante, a gente só parou por não ter pra onde escoar a produção, não adianta nada eu produzir em escala e na hora de eu vender, eu preciso dos documentos e não posso, potencial tem”
Resposta 2	“a gente precisa de mais programa para preservar e cuidar melhor do meio ambiente, que isso não venha estragar o nosso ambiente o clima, a natureza se revolta contra a gente”
Resposta 3	“o que a gente tem pra falar é que não tem apoio de ninguém”
Resposta 4	“a prefeitura tem que ajudar, mandar o pessoal que sabe ajudar a gente aqui, os técnicos, eles não orientam, é dever deles, não manda nem um calcário, é só ir buscar pra nois é de graça”
Resposta 5	“a minha experiência aqui é a convivência com o pessoal, a gente aprende as coisas e ensina para os vizinhos, eles ensinam a gente também, é muito bom trabalhar aqui”
Resposta 6	“a gente precisa preservar aqui, aqui é bom de morar, fresquinho, a gente vai plantando as mudas, a gente não mata pé de árvore, faz o manejo manual”

Fonte: Trabalho de campo realizado em 05 de outubro, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado com os agricultores familiares do Cinturão Verde de Três Lagoas revelou uma série de desafios estruturais e socioeconômicos que comprometem o desenvolvimento sustentável da área. Entre os principais problemas identificados, a ausência de regularização fundiária emergiu como o fator mais crítico, uma vez que a insegurança sobre a posse da terra impede que os agricultores acessem programas de apoio governamental, como subsídios e financiamentos, além de limitar sua capacidade de fazer investimentos a longo prazo. A falta de titularidade formal representa uma barreira que não apenas agrava a precariedade das condições de vida, mas também restringe o potencial produtivo da comunidade.

Outro aspecto importante evidenciado foi a carência de políticas públicas eficazes voltadas à agricultura familiar. Muitos entrevistados relataram a falta de apoio da prefeitura e de outras instâncias governamentais, o que se reflete tanto na ausência de incentivos financeiros quanto na escassez de infraestrutura básica, como estradas e serviços públicos adequados. Esse contexto desfavorável tem impacto direto na capacidade de comercialização dos produtos, dificultando o escoamento da produção e diminuindo a renda dos agricultores. Além disso, a ineficácia das políticas de apoio reflete-se na percepção de abandono por parte do poder público, que se tornou uma constante nas respostas dos participantes.

A migração dos filhos dos agricultores para áreas urbanas também foi um ponto crítico levantado, representando não apenas uma perda de mão de obra, mas também a descontinuidade das tradições familiares de cultivo. A migração reflete, em parte, a falta de perspectivas de futuro no campo, evidenciando a necessidade urgente de políticas que incentivem a permanência dos jovens nas áreas rurais, promovendo oportunidades de trabalho e desenvolvimento que valorizem a vida no campo e fortaleçam a agricultura familiar.

Por outro lado, o estudo apontou algumas iniciativas positivas, como as parcerias estabelecidas com instituições de ensino superior, como a AEMS, que proporcionaram aos agricultores capacitação técnica e oportunidades de mercado. Projetos voltados para práticas sustentáveis, como manejo de irrigação e combate ecológico a pragas, trouxeram benefícios importantes, ainda que nem todos os agricultores tivessem acesso a essas iniciativas. O impacto positivo dessas parcerias mostra que, com o

apoio técnico e a orientação adequada, os agricultores familiares podem melhorar a eficiência e a sustentabilidade de suas práticas.

Diante desse cenário, a pesquisa conclui que o futuro da agricultura familiar no Cinturão Verde depende de ações coordenadas que envolvam o poder público, organizações sociais e a própria comunidade local. A regularização fundiária aparece como uma medida fundamental para garantir a segurança jurídica dos agricultores, permitindo que eles tenham acesso aos programas de subsídio e apoio técnico, além de investir em suas posses com maior confiança. A implementação de políticas públicas voltadas para a valorização da agricultura familiar, incluindo a oferta de incentivos econômicos, o fortalecimento de cooperativas e a melhoria da infraestrutura, é essencial para assegurar a permanência das famílias no campo e a continuidade da produção agrícola.

Além disso, o fortalecimento das redes comunitárias e o apoio a lideranças locais, como Airan e o doutor Evandro Carlos Garcia, que desempenham papéis significativos na organização e defesa dos direitos dos agricultores, são essenciais para a construção de uma comunidade mais resiliente e capaz de enfrentar os desafios impostos pela falta de apoio governamental. A união entre os agricultores, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, pode criar oportunidades de desenvolvimento sustentável, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da economia local.

Por fim, a agricultura familiar no Cinturão Verde representa uma fonte de sustento e identidade para as famílias que lá residem, além de ser uma peça-chave para a preservação ambiental e a segurança alimentar. O reconhecimento da importância dessas comunidades e o apoio a suas demandas são passos fundamentais para garantir um desenvolvimento rural mais justo e inclusivo, que respeite as tradições locais e promova a sustentabilidade econômica e social no longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A. de. Contradições da reforma agrária no Bolsão/MS em tempos de impérios de papel. In: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. **O campo no Brasil contemporâneo :do governo FHC aos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: Editora CRV, v.1, p. 273-296, 2018.

_____. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In: MENEGAT, A. S.; PEREIRA V. A. **Movimentos sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013. 289 p. p. 99-122.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

ALVES, E. Novas evidências sobre a migração rural-urbana. In: GOMES, M. F. M.; COSTA, F. A. (Ed.) **(Des)equilíbrio econômico & agronegócio**. Viçosa, MG: UFV; DER, 1999.

BARATELLI, A. E; RAOUL, M. D. Quintais Produtivos para a Soberania Alimentar dos Agricultores do Cinturão Verde, Três Lagoas/MS. v. 13 n. 2 (2018): **Anais AGROECOL** 2018; 11 a 14 de novembro de 2018, Campo Grande/MS.

BENATTI, J. H. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

BORGES, M. C.; OLIVEIRA, M. E. O Cinturão Verde e os marcos de memória da terra: entre ir e ficar. **Tempos Históricos**, v. 22, p. 101-131, 2018.

BRITO, F.; HORTA, C. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Cedeplar - IUSSP, 2002.

CAPORAL, F.R. Poderá a Agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.11, n.4, p. 390-402, 2016.

CARVALHO, J. M. de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p.39-57, mar. 1981.

CARVALHO, L. Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XIX, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ocupações de Terra – Brasil**, 2023.

DIAS, T. K. M. SILVA, V. H. M. C. COSTA, E. M. KHAN, A. S. O impacto da posse da terra da agricultura familiar sobre o acesso ao crédito rural. Repositório de Conhecimento do Ipea. **Planejamentos e Políticas Públicas**. n.58. abr-jun, 2021.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar, Políticas Públicas**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 16 set.2024.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010, p.127.

FABRINI, J.E. Território, classe e movimentos sociais no campo. Revista da **ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FABRINI, João E. A existência (e resistência) camponesa no sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, n. 29, ano 15, p. 147-173, 2019.

FERNANDES, B. M. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

FRANCISCO, A. L. **Ciclos Econômicos Aportados na cidade De Três Lagoas – da Pecuária as Indústrias de Transformação**. 2013. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013.

GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente: Edição do autor, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia - processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653 p.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Rio de Janeiro, 2004. p. 133.

LEITE, S. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, Ano 9, n. 9, p. 144-158, 2006.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

MEDEIROS, G. N. de. **Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul no período de 2014-2020**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2021.

MISSIO, F. J.; RIVAS, R. M. R. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 49, n. 3, p. 601-632, jul./set. 2019.

MORAIS, E.P. RODRIGUES, R.A.P. GERHARDT, T. E. **Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho.** Texto Contexto Enferm. 2008.

PMTL, Prefeitura Municipal de Três Lagoas. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Jupuíá.** Pró-Verde Projetos Ambientais. Três Lagoas, 2002

PLOEG, S. D. V. D. **Dez qualidades da agricultura familiar.** 2014

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CATANZARO, P. da R. L. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 712–767, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12500>. Acesso em: 16 out. 2024.

QUEIROZ, J. V. **Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia em Três Lagoas/MS: algumas aproximações.** Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas/MS, 2013.

RAOUL, M. D.; ALMEIDA, R. A. A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territorial. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 44-71, 2022.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores.** São Paulo, Petrópolis, 2009.

SILVA, J. G. da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. In: MEDEIROS, G. N. de. **Os conflitos por terra e território em mato grosso do Sul no período de 2014-2020.** 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2021.

SILVA, M. A. B. da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 87-107, 2015.

SILVA, M. H. S. da, et al. "Análise dos aspectos biogeográficos da área de proteção ambiental do Jupuíá em Três Lagoas, MS." **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas (2018): 120-147.

SILVESTRO, M.L. CORTINA, N. **Desenvolvimento rural sem jovens?** Agropecuária Catarinense, 1998.

TENÓRIO, R. Agricultura: Do subsídio à política agrícola. **Ipea**, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, out. 2011.

TRAVASSOS C. VIACAVA F. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. **Cad Saúde Pública.** 2007.

VALÉRIO, V. J. O. Da expansão da cana ao movimento da comida: agronegócio sucroenergético e abastecimento alimentar (hortifrúti) no estado de São Paulo (2006-2017). **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 90-114, 2022.

ZANONI, M. M., et al. "Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção

Ambiental." **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba. n. 2 (2000), p. 39-55 (2000).

APÊNDICE

Parte 1: Dados Demográficos e Gerais (Quantitativa)

- | | |
|---|---|
| <p>1. Idade:</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 18 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 18-30 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 31-50 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 51-70 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 70 anos</p> <p>2. Gênero:</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino</p> <p><input type="checkbox"/> Feminino</p> <p><input type="checkbox"/> Não-binário</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p>3. Há quanto tempo você vive no Cinturão Verde?</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 1 ano</p> <p><input type="checkbox"/> 1-5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 6-10 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 10 anos</p> <p>4. Quantos filhos você tem?</p> | <p><input type="checkbox"/> 1 filho</p> <p><input type="checkbox"/> 2 filhos</p> <p><input type="checkbox"/> 3 filhos</p> <p><input type="checkbox"/> 4 filhos</p> <p><input type="checkbox"/> 5 ou mais filhos</p> <p>5. Qual é a principal fonte de renda da sua família?</p> <p><input type="checkbox"/> Agricultura</p> <p><input type="checkbox"/> Pecuária</p> <p><input type="checkbox"/> Comércio</p> <p><input type="checkbox"/> Serviço Público</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>6. Qual a extensão da terra que você cultiva?</p> <p>- <input type="checkbox"/> Menos de 1 hectare</p> <p>- <input type="checkbox"/> 1-5 hectares</p> <p>- <input type="checkbox"/> 6-10 hectares</p> <p>- <input type="checkbox"/> Mais de 10 hectares</p> |
|---|---|

Parte 2: Percepções e Experiências (Qualitativa)

7. Conte um pouco sobre a história de sua família na agricultura aqui no Cinturão. Como e quando começaram?
8. Quais são os principais desafios que você enfrenta em relação à produção agrícola?
- Falta de recursos financeiros
- Acesso limitado a tecnologias
- Problemas climáticos
- Outros: _____

*Detalhe mais sobre esses desafios:

9. Como você percebe o apoio do governo às atividades de agricultura familiar? Existem políticas que você considera eficazes ou ineficazes?
10. Quais são suas principais preocupações em relação ao futuro do Cinturão Verde e de sua comunidade?
11. Quais são suas esperanças para o futuro da agricultura familiar na sua região?
12. Existem organizações ou líderes comunitários que têm um papel significativo na defesa dos direitos dos agricultores familiares? Como eles influenciam suas atividades agrícolas?
13. Pode descrever alguma experiência positiva ou inovação que ajudou a melhorar suas práticas agrícolas ou a rentabilidade?
14. Você participa de algum programa de revitalização econômica ou desenvolvimento comunitário? Se sim, como foi sua experiência?
15. Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua vida e trabalho na agricultura familiar no Cinturão Verde?
16. Quais são os cultivos que sua extensão de terra produz? Hortaliças, legumes, frutas, grãos etc.

Parte 3: Avaliação e Feedback (Quantitativa)

17. Em uma escala de 1 a 5, como você avaliaria sua satisfação geral com as condições de trabalho na agricultura familiar?

- 1 (Muito insatisfeito)
- 2 (Insatisfeito)
- 3 (Neutro)
- 4 (Satisfeito)
- 5 (Muito satisfeito)

18. Em uma escala de 1 a 5, como você avaliaria a eficácia das políticas governamentais atuais para apoiar a agricultura familiar?

- 1 (Muito ineficaz)
- 2 (Ineficaz)
- 3 (Neutro)
- 4 (Eficaz)
- 5 (Muito eficaz)

19. Você estaria disposto a participar de futuras entrevistas ou pesquisas relacionadas a este estudo?

- () Sim

Não

Consentimento

20. Você autoriza a gravação desta entrevista para fins de análise qualitativa?

Sim

Não

21. Você concorda em participar desta pesquisa sabendo que seus dados serão utilizados de forma não anônima e confidencial?

Sim

Não